



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

VALMIR TEBÚRCIO CAVALCANTE

**CONTROLE SOCIAL E RESISTÊNCIA: “FABRICAÇÃO” DO
COTIDIANO DE UMA INSTITUIÇÃO DISCIPLINAR PARA
ADOLESCENTES INFRATORES.**

RECIFE

2006

Valmir Tebúrcio Cavalcante

CONTROLE SOCIAL E RESISTÊNCIA: “FABRICAÇÃO” DO COTIDIANO DE UMA
INSTITUIÇÃO DISCIPLINAR PARA ADOLESCENTES INFRATORES.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação da Profa. Dra. Eliane Veras Soares.

Recife

2006

C376c Cavalcante, Valmir Tebúrcio

Controle social e resistência: “fabricação” do cotidiano de uma instituição disciplinar para adolescentes infratores. – Recife: O Autor, 2006.

107 folhas : il.

Orientador: Eliane Veras Soares

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Recife, 2006.

1. Sociologia. 2. Poder – Instituição Disciplinar – Resistência. 3. Adolescentes Infratores. 4. Controle Social. 5. Estratégias e Táticas. I. Título.

CDU: 316.455 (2. ed.)

CDD: 302.03 (22. ed.)

UFPE

BCFCH2006/12

Ata da Sessão de Arguição de Dissertação de VALMIR TEBÚRCIO CAVALCANTE, do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos quatorze dias do mês de agosto ano de dois mil e seis, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para o **Exame de Dissertação de VALMIR TEBÚRCIO CAVALCANTE**, intitulada **“CONTROLE SOCIAL E RESISTÊNCIA: a fabricação do cotidiano de uma instituição disciplinar para adolescentes infratores”**. A Banca Examinadora foi composta pelos Professores: **Dra. Eliane Veras Soares – Presidente/orientadora; Dr. Russel Parry Scott – Titular Interno – PPGS; Andréa Brito – Titular Externa – UFRP - Rosângela Tenório – Suplente Externa PPGED; Silke Weber – Suplente Interna – PPGS**. Dando início aos trabalhos a Dra. Eliane Veras Soares explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra ao autor da Dissertação, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar a Dra. Eliane Veras Soares, presidente da mesa e orientadora do candidato, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Dissertação por unanimidade**. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretária do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 14 de agosto de 2006.



Zuleika Elias



Eliane Veras Soares



Russel Parry Scott



Andréa Brito



Valmir Tebúrcio Cavalcante

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO

Controle Social e Resistência: “fabricação” do cotidiano de uma instituição disciplinar para adolescentes infratores.

Valmir Tebúrcio Cavalcante

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Eliane Soares Veras - Orientadora (PPGS/UFPE)

Profa. Dra. Andréa Tereza B. Ferreira – Titular externa (UFRPE)

Prof. Dr. Russel Parry Scott – Titular interno (PPGS/UFPE)

Profa. Dra Silke Weber – Suplente interna (PPGS/UFPE)

Profa. Dra. Rosângela Tenório
Suplente externo – (PPGE/UFPE).

DEDICATÓRIA

**A meus pais,
João de Holanda Cavalcante e
Maria Tebúrcio Cavalcante**

AGRADECIMENTOS

Aos Professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Em especial à Profa. Eliane Veras pela paciência que teve ao me orientar e, principalmente, pelas sugestões valiosas que deu para o meu trabalho, desde a construção do projeto de pesquisa até o momento da conclusão da dissertação. Não posso deixar de agradecer igualmente ao Professor Remo Mutzenberg.

À Profa. Andréa Brito, que desde o primeiro momento se mostrou interessada pela proposta da pesquisa, agradeço a maneira como me motivou durante toda trajetória.

À Profa. Peregrina Capelo, com quem aprendi a dar os primeiros passos no pensar-pesquisar e que sempre me estimulou a fazer uma ponte entre literatura e teoria sociológica.

À toda equipe do Centro Educacional São Miguel, sobretudo os instrutores educacionais com quem mantive um contato mais intenso. Eles sempre demonstraram interesse no meu trabalho.

Aos meus colegas do Mestrado turma de (2004), com quem mantive uma relação de respeito e amizade. Em especial ao Davi Kiermes e à Júlia Benzaquen pela disponibilidade que demonstraram nas ocasiões em que precisei de sua ajuda, fosse material ou intelectual.

Às funcionárias e estagiárias da secretaria do Programa de Pós-graduação em Sociologia.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo interpretar o cotidiano de uma instituição social que se propõe ressocializar adolescentes infratores a partir da relação entre as estratégias e táticas de controle institucional e as táticas de resistência dos adolescentes. A hipótese principal é de que mesmo em uma instituição austera como a que me refiro, que guardadas as proporções assemelha-se a uma prisão, há possibilidade de resistência. Apoiado na teoria do cotidiano de Michel de Certeau pude constatar que as relações de poder no cotidiano da instituição de que falo são “fabricadas” a partir do uso de estratégias e táticas dos sujeitos pesquisados, seja por parte do grupo de controle – direção e instrutores educacionais - bem como por parte do grupo controlado – os adolescentes. Na coleta e análise dos dados, privilegiei os pressupostos da pesquisa qualitativa, inspirado nos recursos da etnografia. As observações foram realizadas tendo como escopo a relação entre a direção da instituição e os adolescentes, mas, sobretudo, a relação entre instrutores educacionais responsáveis pelo controle e adolescentes, por um período de seis meses. Analisamos também documentos referentes ao regimento disciplinar da instituição bem como a proposta pedagógica que norteiam as ações. Observei uma discrepância entre o discurso oficial e o que efetivamente a instituição pratica em seu cotidiano. A análise da realidade observada apontou para uma série de concessões recíprocas nas relações de poder institucional. No cotidiano da instituição em questão as relações de poder entre as estratégias e táticas de controle e as táticas de resistências são “inventadas”, fabricadas de diversas maneiras, corroborando assim minha hipótese inicial e refutando a idéia de um controle total, absoluto.

PALAVRAS CHAVES: Sociologia. Poder. Instituição Disciplinar. Resistência. Adolescentes Infratores. Controle Social. Estratégias e Táticas.

ABSTRACT

This dissertation has as objective to interpret the daily life of a social institution that propose to socialize teenagers who are offender, taking into account the relation between the institutional strategies of control and the tactics of resistance of teenagers. The main hypothesis is that even in a strict institution as the one I refer to, which in its own proportion, is similar to a prison, there is a possibility of resistance. Supported by Michel de Certeau's theory of daily life, I could notice that the power relations in the daily life of the institution that I refer to are "manufactured" by the use of strategies and tactics of the researched subjects, both the group that takes control – the direction and the educational instructors – and the controlled group – the teenagers. In the data collection and analysis, we privileged the presuppositions of qualitative research, inspired in the devices of ethnography. The observations were done, having as purpose the relation between the direction of the institution and teenagers, but, especially, the relation between educational instructors, responsible for the control and the teenagers for a period of six months. We also analyzed documents related to the disciplinary regiment of the institution as the pedagogical purpose that base the actions. It led us up to observe a discrepancy between the official discourse and the one that the institution effectively has in its daily practice. The analysis of the reality observed pointed to a series of reciprocal concessions into the institutional power relations. In the daily life of the institution in case, the power relations between the strategies of control and the tactics of resistance are "invented", manufactured in several ways, conforming, thus, the starting hypothesis and refuting the idea of a total and absolute control.

KEYWORDS: Sociologie. Power. Institution Disciplinary – Resistência. Teengers. Control Social. Strategies of Tactics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
Capítulo 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
1.1. Foucault e o poder/saber: estratégias de controle social.....	22
1.2. Michel de Certeau: a escolha entre as vias de acesso ao tema.....	36
Capítulo 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	45
2.1. Elementos para uma construção metodológica.....	45
2.2. Agruras do campo: lugar de construção de saberes, artes de fazer.....	50
Capítulo 3 – CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	53
3.1. Os instrutores educacionais e suas táticas.....	58
3.2. Relatos de um pesquisador em campo.....	61
Capítulo 4 – CONTROLE <i>versus</i> RESISTÊNCIA.	64
4.1. Controle Total e comportamento esperado: isso é possível?.....	64
4.2. Táticas de recrudescimento do controle: o confronto direto.....	78
4.3. O discurso da Instituição sobre as táticas dos adolescentes.....	84
4.4. Tipos sociais: o líder, o laranja, o testa de ferro e o sangue bom.....	91
4.5. Gírias, códigos secretos: a linguagem da resistência.....	96
4.6. Espaços e comportamentos: a arte da dissimulação como tática.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
BIBLIOGRAFIA.....	107
APÊNDICE.....	112

1. INTRODUÇÃO

Refletir sobre o fenômeno da delinquência juvenil institucionalizada no contexto social contemporâneo implica uma discussão teórica sob olhares diversos. Nesta ordem, vale ressaltar as profundas mudanças que a juventude vivencia nas diversas esferas da vida social e seus impactos sobre sua formação, seja no campo do trabalho, seja no da família e, conseqüentemente, na construção social de suas identidades.

Para Hall (*apud* Nunes&Weller, 2003, p. 52), a cultura de massa, a virulência dos meios de comunicação, as novas possibilidades de contato no universo *online*, dentre outros, são elementos das sociedades contemporâneas que têm influência direta nesse grupo etário em pleno processo de formação identitária. Assim, condicionados a se mover em múltiplas cenas da vida cotidiana, através de lógicas de ação diversas, confrontados a experiências plurais, e mobilizando, portanto, aspectos diferentes e às vezes contraditórios de sua identidade, as juventudes, hoje, estão submersas numa ampla gama de estímulos próprios daquilo que alguns autores denominam de pós-modernidade.

Nessa perspectiva, frente à superativação da sociedade contemporânea, os jovens estariam contribuindo, bem mais do que se imagina à primeira vista, para produção, reprodução, aparecimento e desaparecimento tanto de símbolos quanto de significações, bem como de condutas que apontam as tendências da atualidade. Entre tantos sinais, haveriam alguns mais insidiosos, repercutindo fortemente no imaginário social: os da violência acirrada, os da transgressão “sem limites” e da toxicomania generalizada, o que vem corroborar o perfil de “infância perigosa” e, por seu turno, o de uma “adolescência fadada ao fracasso”; invariavelmente destinada à criminalidade. Ver esta problemática sob esse ponto de vista implica um reforço dos processos sociais de exclusão e dominação. Para

que isto não ocorra é necessário sair dos esteriótipos e dos julgamentos apriorísticos. Nesse sentido, o olhar sociológico legitima-se, aqui, para demonstrar que, de certo modo, são as condições sociais de existência que condicionam os comportamentos e não o inverso. Além disso, soluções repressivas e normalizadoras, como as que suponho ocorrer no cotidiano do Centro Educacional São Miguel¹, só podem contribuir para reforçar as condutas delinquentes em lugar de superá-las. Pesquisas como as de Volpi, (2001), Takeuti (2002), Pinheiro (2006), apontam para uma sobreposição do controle em detrimento da proposta pedagógica.

Os adolescentes infratores são vistos como objetos de controle e disciplinamento, como objetos de repressão social. Essas representações, no entanto, não se sucedem automaticamente, mas convivem simultaneamente, alternando-se em função do momento histórico vivido. A importância de se compreender as percepções acerca desse público é que elas estão diretamente relacionadas às práticas institucionais. “Há uma diferença entre as representações que estão na lei e as que circularam durante a elaboração dessa lei” (Pinheiro 2006, p. 32). Para a autora, essas diferentes representações acabam por servir de justificativa para argumentos equivocados, como os que consideram o Estatuto da Criança e do Adolescente avançado demais para o Brasil: “As críticas variam de acordo com o interesse da população dominante” (Pinheiro, 2006).

A “problemática da juventude”, percebida atualmente pelas sociedades de diversos países ocidentais, limita-se a atribuir aos jovens um lugar de negação absoluta; quando não mais violentos, no mínimo, “incivis agressivos”. A essa representação associa-se um sentimento nostálgico das condutas juvenis de outrora, as quais, para os adultos de hoje,

¹ Lugar onde realizarei a pesquisa, localizado na cidade de Fortaleza – Ceará. Mais adiante faço uma descrição dessa instituição.

teriam contido os seus componentes de transgressão e excesso. Estes, contudo, se justificavam pela presença de objetivos mais amplos de luta social contra as formas de dominação social existentes, afirma Takeuti (2002). Essa reflexão me remeteu às recordações do atual diretor do Centro Educacional São Miguel, quando se referia ao tempo que começou a trabalhar com crianças e adolescentes no final da década de 70. Para ele, à época, os adolescentes eram mais *ordeiros*, não haviam cometido crimes como homicídio ou latrocínio e o uso de drogas era diferente: “*a droga que eles usavam era maconha, cheirava cola, hoje tem esse tal de crack que vicia logo os meninos*” (Entrevista concedida pelo diretor em abril de 2005).

Na atualidade, os diversos pontos de vista sociais relativos aos comportamentos juvenis ressaltam, dentre tantas características desviantes, determinados fatos, tais como: aumento alarmante das estatísticas de crimes e delitos graves envolvendo jovens de faixas etárias cada vez mais baixas; o interesse preponderante da população juvenil por sexo, drogas, transgressão e violência gratuita; a recusa ao trabalho e à formação educacional; o aumento de gangues juvenis em práticas de vandalismo; o gozo com a destruição; a indiferença pelos outros, pela sociedade. Para Takeuti (2002, p. 24):

Incontestavelmente, os jovens estão gradativamente ocupando espaços nas matérias da imprensa cotidiana brasileira (jornais, revistas, televisão) a qual tem evidenciado e alardeado as suas condutas “violentas”, e muitas vezes devastadoras, como é o caso das bombas, da depredação e do vandalismo nas escolas públicas, o assassinato entre jovens no interior das mesmas, participação em roubos, em tráfico de drogas e armas. É também notório que se constitui objeto de ampliação dos *mass media* (ao menos, em certos segmentos da imprensa) certo perfil juvenil brasileiro – os jovens das periferias pobres urbanas, não raras vezes, assimilados a “marginais e delinquentes mirins”, desde o momento em que fazem as suas aparições públicas, e, segundo as circunstâncias, estigmatizados como “meninos de rua”.

Vale lembrar que essas transformações de comportamento ocorridas na sociedade contemporânea influenciam diretamente o comportamento da adolescência das camadas populares. Para Sposato (2004), a criminalidade entre jovens refere-se ao impacto que a criminalização das drogas produz nos índices de delinquência juvenil e especialmente na formulação de políticas de controle social para esta problemática. A presença de adolescentes nos delitos de entorpecentes tem sido utilizada como um dos argumentos para justificar e legitimar ações repressivas, favorecendo, não raro, o debate pela redução da idade penal.

Segundo Alvin, R&Paim E. (2004), a cada crime que envolve um adolescente com menos de 18 anos reacende, por meio da grande mídia, - seja televisiva ou impressa - a espetacularização desta questão. Desperta-se o clamor da população que, apavorada, passa a exigir a redução da idade penal, chegando, inclusive, de acordo com as autoras, a *acuar e calar* os defensores do avanço legislativo promovido com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Podemos dizer que, quando um adolescente transgride as normas da vida social mais ampla, regras de convivência humana numa escala mais alta, cometendo um ato que, se fosse cometido por um adulto, seria delito ou contravenção penal, a resposta social a este ato se dará pelo sistema de administração da justiça juvenil.

Admitida a hipótese de que o adolescente seja considerado responsável por ter cometido o ato infrator, qualquer que seja, será aplicada uma medida sócio-educativa. Esta deve responder a duas ordens de exigências: deve ser uma reação punitiva da sociedade ao delito cometido pelo adolescente e, ao mesmo tempo, deve contribuir para seu desenvolvimento como pessoa e como cidadão, enfocando fundamentalmente a dimensão moral, ética da medida. A reação da sociedade, nesse caso, deve ir além do puramente

educativo. Deve expressar com nitidez a dimensão de severidade e de justiça requerida pela transgressão das normas de convivência social.

O art. 4º das Diretrizes Gerais para o atendimento sócio-educativo de adolescentes autores de ato infracional, no Estado do Ceará, aprovada pela Resolução nº. 41/2002 – CEDCA² –CE, de 20 de novembro de 2002, define que os programas sócio-educativos devem se desenvolver a partir da concepção fundante de que as medidas sócioeducativas têm uma dimensão formal jurídico-sancionadora e uma dimensão substancial ético-pedagógica.

As medidas sócio-educativas³ são medidas coercitivas e pedagógicas, impostas, que derivam de uma decisão judicial. Portanto, é fundamental que os agentes envolvidos diretamente em sua aplicação tenham um conhecimento específico relativo à sua área de atuação, uma consistente formação legal. Todavia, nas diversas conversas que mantive com os instrutores educacionais do Centro Educacional São Miguel, os mesmos se denominam “pastoradores”⁴, o que expressa uma concepção distante do discurso oficial. Inferimos a partir das práticas cotidianas observadas no Centro Educacional São Miguel, que há uma

² Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

³ MARTINS, Ana M., ROCHA, M. Aparecida M. da, SILVA, M. Luordimar A., SOUZA, M. Odete C. de, VASCONCELOS, Rejane B. – O Adolescente e o Ato Infracional. Fortaleza: Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1998, pg. (15-20). São medidas aplicadas de acordo com a gravidade e a repercussão do ato praticado pelo adolescente. As medidas sócio-educativas são: 1- Advertência. 2- Obrigação de reparar o dano. 3- Prestação de Serviços à Comunidade. 4- Liberdade Assistida. 5- Inserção em Regime de Semi – Liberdade. 6- Internação: Esta medida representa para o adolescente a perda total do direito de ir e vir, e é cumprida em estabelecimento exclusivo para adolescentes. Só deverá ser aplicada a Medida de Internação quando não houver outra que se adeque ao caso. Essa medida fica sujeita ao princípio de brevidade, isto é, o tempo que o adolescente deve permanecer privado de liberdade, deverá ser no mínimo necessário, visto que a medida tem a finalidade educativa. Somente se aplica a medida de internação quando: I – tratar-se de um ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

⁴ Para os instrutores educacionais, a palavra “pastoradores” significa o mesmo que “vigilantes” e não educadores como preconiza a proposta oficial.

discrepância entre o que determina a proposta oficial⁵ e o que efetivamente os instrutores praticam no cotidiano. Corroborando a idéia de uma superposição do controle em relação às práticas pedagógicas. No Ceará a execução das medidas sócio-educativas é de responsabilidade da SAS⁶.

É nesse cenário que retomamos as reflexões de Volpi (2001, p.143), ao afirmar que o caráter coercitivo das medidas sócio-educativas de internação sobrepõe-se ao caráter pedagógico, restando como única justificativa, para a mesma, o fato de existir uma demanda social pela punição e os órgãos responsáveis pelas políticas de controle do delito operarem exclusivamente com essa lógica.

Para esse autor, embora tenha havido uma mudança considerável em relação ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei a partir das diretrizes do E.C.A., o que ocorre é que as instituições responsáveis pelo atendimento em regime de internação incorporaram o discurso da doutrina da proteção integral⁷, agregaram atividades e atitudes da mesma doutrina, mas preservam rotinas, procedimentos e formas de tratamento do antigo paradigma da situação irregular.

⁵ “A implementação desta proposta pedagógica requer um processo de formação continuada de todos os profissionais que atuam na Instituição educativa. Há necessidade de que todos, da direção às equipes de apoio, conheçam esta proposta e internalizem que, em paralelo as atribuições de cada um, assumem, como essência do trabalho a realizar, o papel de educador” (Proposta de atendimento ao adolescente em conflito com a lei no Ceará, Secretaria de Ação Social, 2002: 56).

⁶Em 1999 a Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETAS, através da Lei 12.961 de 03 de novembro de 1999, do Decreto nº 25.706, de 15 de dezembro de 1999, foi reestruturada absorvendo toda a estrutura organizacional e o quadro de servidores da Fundação da Ação Social – FAS, extinta mediante o Decreto nº 25.697, de 29 de novembro de 1999 e da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – Febemce, também extinta pelo Decreto nº 26.697, da mesma data. A partir de então, torna-se órgão de execução e coordenação da Política do Trabalho e Assistência Social no âmbito do Estado do Ceará. Breve histórico da SAS, disponível em www.sas.gov.br, acessado em 14/04/ 2005.

⁷A doutrina de proteção integral (que inaugura uma nova forma de pensar a criança e o adolescente, dando-lhes um tratamento diferenciado e prioritário por serem seres humanos em desenvolvimento).foi uma inovação da Constituição Federal de 1988. Tal doutrina se diferencia da doutrina da situação irregular vigente até então com o Código de Menores. Essa última doutrina tinha como objeto legal apenas os menores de 18 anos em estado de abandono ou delinqüência, sendo submetidos pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção. Cavalcante, 2003.

Desse modo, podemos inferir que, no interior de uma instituição como a que investiguei, a sentença do juiz é convertida no cotidiano em novas sentenças, estabelecidas por normas explícitas ou tácitas. Estes procedimentos são construídos na correlação de forças entre internos, instrutores educacionais, carcereiros, técnicos e direção. Constitui-se um novo tipo de direito.

Vale ressaltar que, no contexto da realidade brasileira, a prática de ato infracional por adolescentes tem assumido proporções preocupantes, requerendo competências e habilidades mais específicas no trato com a questão. Essa preocupação cresce na medida em que se observa a gravidade dos atos infracionais cometidos pelos jovens que ingressam nas unidades de internação e de semiliberdade.

Minha incursão na problemática da institucionalização de adolescentes infratores se deu por meio de estudos iniciais na graduação do curso de Ciências Sociais da UFC. Quando estagiário do citado na FUNCI⁸, acompanhei membros do Conselho Tutelar na fiscalização dos centros educacionais para adolescentes infratores, o que me possibilitou um contato direto com esse público. Atuei também, na mesma cidade, como Educador em instituições de defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente (Associação Curumins, Associação Batista Beneficente e Missionária), fato que contribuiu para minha imersão neste universo. Na conclusão da graduação, propus-me compreender como ocorre o processo de institucionalização de adolescentes infratores, realizando a monografia intitulada: *A institucionalização de adolescentes infratores reinserção social ou vidas perdidas?* Esse estudo teve como lócus, o Centro Educacional São Miguel. A partir desse

⁸ Fundação da Criança e do adolescente e da Família Cidadã, instituição vinculada à Secretaria de Ação Social – SAS, da Prefeitura Municipal de Fortaleza, onde estagiei no Programa Família Cidadã, desenvolvendo atividades junto às famílias de adolescentes infratores. Nessa ocasião, muitas das famílias atendidas pelo programa tinham filhos com passagens nos centros educacionais para reabilitação de adolescentes infratores da Secretaria de Ação Social do Estado.

trabalho, pode ter uma visão mais nítida acerca das ações do *poder disciplinar* nas instituições de controle, de seus efeitos sobre o corpo dos internos, sobre suas vidas.

É no contexto de ampliação desse conhecimento que me propus investigar em que medida o cotidiano do Centro Educacional São Miguel é “fabricado” por meio da interação entre mecanismos de controle e práticas de resistência.

Este trabalho tem como objetivo principal interpretar o cotidiano da instituição mencionada, a partir de suas estratégias e táticas de controle (direção e instrutores educacionais), e das práticas, das táticas de resistências dos adolescentes, partindo da hipótese de que, como afirma Michel de Certeau (2002), nas práticas culturais há sempre possibilidades de *antidisciplina*.

Necessário é esclarecermos que, no âmbito deste estudo, consideraremos os conceitos de cotidiano, estratégias e táticas desenvolvidos por Certeau como centrais em nossa análise. Para esse autor, as relações sociais são constituídas por práticas cotidianas onde cada sujeito, de acordo com seu lugar, com sua trajetória pessoal, produz “maneiras de fazer” próprias. Esse processo é apreendido por meio de dois conceitos⁹ distintos: estratégias e táticas. Enfim, o cotidiano para Certeau é “fabricado” de diversas maneiras a partir da operacionalização destas duas noções fundamentais.

Mesmo compartilhando com Foucault da idéia de que as prisões produzem e reproduzem criando novos delinqüentes, a partir de seus dispositivos de poder, acreditamos que os indivíduos não são meros expectadores úteis e dóceis; comungo com a idéia de que os indivíduos reagem face às imposições de caráter institucional, tal como Certeau propõe com o conceito de *antidisciplina*.

⁹ Estes conceitos serão explicitados no capítulo seguinte referente à fundamentação teórica.

Acredito que, no cotidiano da instituição que investiguei, as relações de poder entre as estratégias e táticas de controle e as táticas de resistências são “inventadas”, fabricadas de diversas maneiras. Este trabalho procura dar conta desta interação. Ele está dividido em quatro capítulos. Na Introdução discuti aspectos gerais sobre a juventude na contemporaneidade, tendo como foco a problemática da delinquência juvenil e seu processo de institucionalização, e apresentei de modo breve as formas como estas instituições têm atuado no processo de ressocialização. Deste modo, procurei situar, qual o problema e o objeto da pesquisa. No primeiro capítulo, apresento a abordagem teórica da pesquisa que serviu como referência para nosso pensar-pesquisar. Na análise dos dados privilegiei a teoria do cotidiano de Michel de Certeau por meio das noções de “estratégias”, “táticas” e “antidisciplina”. Vale lembrar que, embora a referência teórica principal que utilizarei seja Michel de Certeau, recorri também a Michel Foucault, devido a pertinência de sua teoria em alguns pontos da análise. No segundo capítulo, faço referência aos aspectos metodológicos da pesquisa, e apresento minha experiência como pesquisador. No terceiro capítulo, desenho uma breve caracterização da instituição, na qual entram em cena os atores privilegiados como, por exemplo, os adolescentes, os instrutores educacionais e os membros da direção. No quarto capítulo, procuro estabelecer uma relação entre os dados levantados na pesquisa e sua análise à luz da teoria que me orientou, de modo que foi possível evidenciar uma valorização maior do controle em detrimento das ações voltadas efetivamente para a reinserção dos adolescentes. Fato esse que aponta para a recorrência de incidentes de resistência, como por exemplo, tentativas de rebeliões, motins, fugas, uso de gírias como tática na organização das fugas, dissimulação de loucura e ataques de epilepsias entre outros. Neste sentido, também se verifica o distanciamento entre os

documentos oficiais que deveriam nortear a prática da instituição e o que ela efetivamente pratica no cotidiano. Por fim, apresento as considerações finais.

Capítulo 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

No âmbito de certa tradição sociológica, para não falar numa perspectiva conservadora, cuja tônica é a unidade social e os sistemas normativos, podemos compreender o controle social como o condicionamento ou limitação das ações individuais pelos grupos, pela comunidade e pela sociedade a que pertence.

Embora não seja a nossa preocupação fundamental dar conta da compreensão das origens da noção de controle social, é necessário recuperar sua história, cujas raízes mais remotas podemos encontrar nos estudos de Émile Durkheim que tem como pano de fundo da sua sociologia o problema da ordem e da integração social. Ao privilegiar os problemas relativos à manutenção da ordem social, Durkheim detém-se igualmente em fenômenos como o crime e a pena, que dizem respeito aos mecanismos empregados pela sociedade no momento em que alguém desobedece às normas sociais e ameaça a ordem social. Se o crime "ofende certos sentimentos coletivos dotados de uma energia e de uma clareza particulares" (Durkheim, 1978, p. 120), a pena é a reação coletiva que, embora aparentemente voltada para o criminoso, visa reforçar a solidariedade social entre os demais membros da sociedade e, conseqüentemente, garantir a integração social.

Neste sentido, veremos o que dizem Boudon & Bourricaud sobre a noção de controle social:

[...] conjunto dos recursos materiais e simbólicos de que uma sociedade dispõe para assegurar a conformidade do comportamento de seus membros a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados. Para a sociologia americana anterior a 1940, o controle social são os modelos culturais apreendidos pelo indivíduo e os mecanismos institucionais de punição ou recompensas (1993, p. 101).

Isto posto, compreendemos o controle social como modelos culturais apreendidos pelo indivíduo e como mecanismos institucionais que recompensam e sancionam a conformidade ou comportamentos desviantes em relação a tais modelos. O problema do controle se coloca em termos de conformidade as regras, quando não em termos de “punição” ou “recompensas”. Esta perspectiva pode ser assim entendida na sociologia americana a partir dos anos 20 do século passado, estando diretamente ligada a estudos concernentes ao desvio e à criminalidade. A questão que é colocada até hoje é a de que maneira esta conformidade é assegurada. A sociologia clássica de Durkheim, por exemplo, fala da educação moral como a coerção mais sutil e mais eficaz de que a sociedade dispõe em relação a seus membros.

Segundo Zedner (1996), historicamente o controle social sempre foi uma preocupação crucial da sociologia, sendo até plausível afirmar que é difícil separá-lo da própria palavra sociologia. Este conceito descreve a capacidade da sociedade de se auto-regular, bem como os meios que ela utiliza para induzir à submissão dos indivíduos a seus próprios padrões. Esta perspectiva repousa na crença de que a ordem não é mantida apenas, nem sequer principalmente, por sistemas jurídicos ou sanções formais, mas é, sim, o produto de instituições, relações e processos sociais mais amplos o que remete ao processo de socialização¹⁰.

¹⁰“Processo informal através do quais os indivíduos chegam a aprender e aceitar as normas sociais. A socialização é um processo social no qual os sujeitos assimilam valores, normas das instituições e da cultura. A sociologia nos apresenta, por exemplo, que a família é uma instituição onde se produz a socialização primária, isto é o lugar onde os sujeitos entram em contato com as primeiras formas de contrato social. Compreendendo assim a hierarquia de mando, ou seja, o que é proibido e o que é consentido. A escola é uma instituição de socialização secundária porque nela os atores sociais já entram percebendo uma hierarquização do mundo social e dos valores. A ressocialização é pontuada pela sociologia como um estágio em que o ator social vai inculcar valores que não foram devidamente inculcados na sua socialização primária”. Cavalcante, 2003.

Para G.H. Mead (*apud* Velho 1986, p. 265), o controle social é construtivo do *self*, pois depende “do grau em que o indivíduo realmente assume as atitudes daqueles membros do grupo que estão com estes comprometidos nas suas atividades sociais e do grau em que os indivíduos, na sociedade, são capazes de assumir as atitudes dos outros com eles comprometidos num esforço comum”.

Parsons (*apud* Zedner 1996, p. 138-139), em sua teoria estrutural-funcional, define o conceito de controle social a partir das motivações do *ator* ou *agente* para reagir contra o comportamento divergente (violador das normas). Os mecanismos de controle social, segundo Parsons, funcionam como “defesas secundárias” para combater os desvios que, se deixados sem controle, podem romper o equilíbrio social. Entretanto, nos anos 60 surge outro olhar que vai de encontro ao pensamento de Parsons. Os sociólogos da transgressão invertem a premissa de Parsons ao afirmar que é o controle social leva à transgressão. Um exemplo ilustrativo desta perspectiva pode ser encontrado nas pesquisas de Howard Becker (1963). Becker, usando o conceito de solidariedade social de Durkheim, afirma em *Outsiders* que as instituições de controle social criam “indivíduos à margem”, sejam eles criminosos, doentes mentais ou minorias religiosas e raciais, os quais, segundo o autor, servem de bodes expiatórios sociais e também como última fronteira da “sociedade respeitável” (*apud* Zedner, 1996, p.139).

Alvarez (2004) faz uma genealogia histórica da questão do controle social a partir de Durkheim até o que podemos chamar de Sociologia da Punição na contemporaneidade. Para este autor, a mudança de valorização pela qual passou a noção de controle social no final do século XX - do papel positivo em termos de integração social para o papel negativo

em termos de dominação ou punição - mostraria justamente a avaliação crítica crescente dos custos dos dispositivos montados pelo Estado-Providência¹¹.

Esta breve introdução sobre a história do controle social é de suma importância para que possamos olhar a questão do controle na sociedade contemporânea e em particular no Centro Educacional São Miguel a partir de uma perspectiva mais crítica, ou seja, não olhá-lo de forma absoluta, como um poder que vem de uma estrutura hierárquica fechada e monolítica, e sim como uma possibilidade de controle que, para ser produzido, leva em consideração todas as forças encontradas no campo do poder; inclusive apontando para a construção do que seria resistência na perspectiva dos adolescentes, considerando justamente a capacidade que estes indivíduos têm para resistir a tal controle.

1.1 Foucault e o poder/saber: estratégias de controle social

O fio condutor da construção intelectual de Michel Foucault é a questão do poder, ou melhor, dos mecanismos de poder e da forma como eles são engendrados nas estruturas de poder da sociedade moderna. Essa perspectiva perpassa por suas obras mais notáveis como, por exemplo, *A história da Loucura* (1961). Nessa obra o autor procura mostrar o tipo de poder que a razão exerceu sobre a loucura no século XVII. No *Nascimento da Clínica*, (1963), analisa como o fenômeno da doença constituiu, para sociedade, para o Estado, para as instituições do capitalismo, uma espécie de desafio que resultou na institucionalização da medicina. Outro exemplo das formas de poder engendradas na

¹¹ Rosanvallon, P. A crise do Estado-Providência Editora UNB/ Editora UFG. Goiânia. 1997. A expressão Estado-Providência na língua francesa é criada por pensadores liberais hostis ao aumento das atribuições do Estado, mas igualmente críticos em relação a uma filosofia idealista muito radical. Esta noção é equivalente à expressão inglesa *Welfare State* (estado de bem-estar social).

modernidade está ilustrado em *Vigiar e Punir* (1975), onde Foucault mostra a transição da história da repressão, punição para a vigilância. Trata-se de uma nova *economia de poder* da sociedade moderna que propõe ser mais eficaz vigiar do que punir.

Nesta ordem, podemos afirmar que é a partir da análise histórica da questão do poder que Foucault se instrumentaliza para elaborar uma teoria capaz de explicar a produção de saberes em sua relação intrínseca com o poder. Haja vista que o poder foi pesquisado por ele não como um objeto, uma coisa, e sim como uma prática social construída historicamente.

Por meio de seu método “arqueológico”, Foucault dá um enfoque com característica explicitamente política às suas obras, de modo especial em *Vigiar e punir*, ao trazer à tona as vozes da prisão. A partir desse momento, faz uma análise histórica das instituições sociais e de seu funcionamento, inclusive do Estado, sendo a questão do controle social de fundamental importância para a construção de novas formas críticas de pensar. Assim, a prisão é, por excelência, a instituição que melhor corporifica a tecnologia de poder específica da modernidade, classificada por ele de disciplina¹².

Foucault, ao estudar as transformações das práticas penais na França, da Época Clássica ao século XIX, estabelece um marco decisivo na transição das formas de castigo onde o suplício em público tinha seu caráter simbólico, representação da dor, para um

¹²“A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, *grosso modo*, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo infinitesimal sobre o corpo ativo. O objeto, em seguida do controle: não, ou não mais, os elementos significativos do comportamento ou da linguagem do corpo, mas a economia, a eficácia dos movimentos, sua organização interna; a coação se faz mais sobre as forças que sobre os sinais; a única cerimônia que realmente importa é a do exercício. A modalidade enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de “disciplinas”. (Foucault, 1999, p. 118)”.

controle social baseado fundamentalmente na disciplinarização dos corpos, “o direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade”, afirma Foucault. As prisões passam a desempenhar o papel central na penalidade moderna.

Michel de Certeau, ao analisar o pensamento de Foucault, destaca:

Em Foucault, o drama se desenrola, como sempre entre duas forças, cuja relação à astúcia do tempo inverte. De um lado, a ideologia das luzes, revolucionária em matéria de justiça penal. Os Iluministas querem substituir o suplício do *Ancien Régime*, ritual sangrento do corpo a corpo que teatraliza o triunfo da ordem real sobre criminosos escolhidos por seu valor simbólico, por castigos aplicáveis a todos, em proporção com os delitos, úteis à sociedade, educadores para os condenados. Com efeito, procedimentos disciplinares lentamente aplicados no exército e na escola vão superando rapidamente o enorme e complexo aparelho judiciário elaborado pelas Luzes (Certeau 2002, p.12).

A análise de Certeau sobre teoria de Foucault mostra que as práticas disciplinares próprias da prisão têm um alcance que vai muito além dos muros da instituição, pois constroem tecnologias de poder que, partindo das práticas localizadas, espalham-se por toda a sociedade, em instituições como fábricas, hospitais, escolas etc. São práticas estrategicamente elaboradas pelas relações de poder que estão fora do campo de atuação institucional, embora intercambiantes.

O argumento de Foucault é que as práticas modernas de punição se contrapõem claramente às do *Ancien Regime*, pois cada um tem seu momento histórico próprio, sua lógica, estilos específicos de lidar com a questão da punição. Enquanto que o espetáculo do suplício em público, com seus procedimentos de “selvageria” e ritualísticos, marcava o corpo da vítima, tornando infame o criminoso, produzindo assim efeitos que pudessem prevenir a expansão, as formas de punição da era moderna se dão de forma diferenciada, por meio de uma *nova economia de poder*, o controle disciplinar. Novas técnicas de

controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade.

Estas práticas disciplinares caracterizam-se por distribuir os indivíduos em espaços fechados e heterogêneos, onde cada indivíduo tem um lugar especificado, ao desempenhar também aí uma função útil. Estes locais são ainda intercambiáveis e hierarquizados. Em termos espaciais, portanto, cada indivíduo ocupa um lugar ao mesmo tempo funcional e hierarquizado, formando um quadro espacial onde se distribui a multiplicidade de indivíduos para deles tirar o maior número de efeitos possíveis. Implicam também um controle das atividades dos indivíduos, estritamente coordenadas em relação aos horários, ao conjunto dos demais movimentos corporais e aos objetos a serem manipulados, ao buscar obter assim uma utilização crescente de todas as atividades ao longo do tempo. Distribuídos espacialmente e controlados temporalmente os indivíduos, as disciplinas ainda os combinam de modo a obter um funcionamento eficiente do conjunto através da composição das forças individuais.

O novo poder disciplinar será, desse modo, um poder voltado para o "adestramento" dos indivíduos. E, para isso, esse poder utilizará alguns mecanismos como: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame. A vigilância hierárquica induz, através do olhar, efeitos de poder: o indivíduo adestrado deve se sentir permanentemente vigiado. A sanção normalizadora implica toda uma micropenalidade do tempo, da atividade, da maneira de ser, do corpo, da sexualidade visando os comportamentos desviantes. O exame, por fim, indica uma técnica de controle normalizante que permite racionalizar, qualificar, classificar e punir ininterruptamente os indivíduos que são alvos do poder disciplinar.

A característica central deste novo dispositivo de controle na contemporaneidade é justamente a possibilidade de uma vigilância moderna, contínua e instantânea; um controle

invisível, mas constatável, mensurável, onde a instituição detém perante si o controle total de todos os gestos, movimentos, ações dos internos através do olho eletrônico: uma estrutura de vigilância inteiramente generalizada, que pode chegar até aos recantos mais obscuros da instituição, não havendo, desta forma, nenhuma zona de obscuridade, assegurando, assim, a manutenção da ordem. Para Foucault, esses novos dispositivos podem ser definidos como possibilidade de elaboração de novas estratégias de controle:

Um dispositivo define-se, portanto por uma estrutura de elementos heterogêneos, mas também por um certo tipo de gênese. Vejo dois momentos essenciais nesta gênese. Um primeiro momento é da predominância de um objetivo estratégico. Em seguida, o dispositivo se constitui como tal e continua sendo dispositivo na medida em que engloba um duplo processo: por um lado, o processo de *sobredeterminação funcional*, pois cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente; por outro lado, é processo de perpétuo preenchimento estratégico (Foucault, 1990, p.190).

De acordo com as idéias de Foucault (1999), é possível afirmar que o momento que essas instituições estão vivenciando é reflexo de uma mudança estratégica das sociedades disciplinares, pois são as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares.

Como bem ressalta o autor, nas sociedades disciplinares, o poder, ao invés de se apropriar ou de retirar, tem como função maior *adestrar*, para melhor se apropriar. É isto que nos possibilita afirmar ser a vigilância um aspecto decisivo da sociedade disciplinar, onde o que está em jogo não é mais o *encarceramento* que isola do olhar, mas as aberturas e passagens que “vazam” os interiores e justamente impedem que se possa escapar ao olhar. Segundo Foucault, isto permite ao poder disciplinar ser, simultaneamente, indiscreto – nada

lhe escapa, nem mesmo os encarregados de controlar - e discreto, por funcionar em silêncio.

Para Alvarez (2004, p.13) a forma-prisão, que pré-existia ao processo de generalização das disciplinas e que nem ao menos era a forma básica de penalidade no Antigo Regime, tornar-se-á peça-chave das novas práticas penais, ao colonizar as instituições judiciárias já no princípio do século XIX e ao relegar ao esquecimento outros tipos de punições. Com isso, compreende-se também a "naturalidade" da pena prisão, que se torna rapidamente hegemônica e de certo modo incontestável.

Foucault mostra que as críticas às práticas prisionais modernas são contemporâneas de sua própria ascensão, mas que nunca colocam em causa a própria existência da prisão como a pena por excelência. Se a prisão permanece é porque, apesar das críticas que lhe são dirigidas desde o início (não diminui a taxa de criminalidade, provoca a reincidência, fabrica delinqüentes), ela desempenha funções importantes na manutenção das relações de poder na sociedade moderna. Na verdade, a principal função desempenhada pela prisão é que ela permite gerir as ilegalidades das classes dominadas, criando um meio delinqüente fechado, separado e útil em termos político. Assinala o autor:

Sua primeira função é a de desqualificar todos os atos ilegais que se reagrupam sob uma comum infâmia moral. O delinqüente, fruto da estrutura penal, é antes de tudo um criminoso como qualquer um que infringe a lei, seja qual for a razão. Em seguida, cria-se uma estrutura intermediária da qual se serve a classe dominante para seus ilegalismos: são os delinqüentes, justamente, que a constituem. O exemplo mais gritante é o da exploração do sexo. De um lado, instauram-se interdições, escândalos e repressões em torno da vida sexual; isso permite transformar a necessidade em "mercadoria" sexual difícil e cara; depois, exploram-na. Isso é válido para o álcool na época da proibição; hoje, para a droga, para o contrabando de tabaco, de armas. (Foucault, 2003, p. 157).

Nessa perspectiva, Foucault aponta ainda como papel da delinquência nas estruturas de poder da sociedade moderna sua cumplicidade com as estruturas policiais no controle da sociedade por meio de um sistema de chantagens e de trocas no quais os papéis se confundem, como em um círculo.

Por fim, Foucault aponta a ameaça da criminalidade como um alibi da classe no poder para endurecer o controle da sociedade: “A delinquência dá medo, e se cultiva esse medo. Não é a troca de nada que, a cada momento de crise-social e econômica, assiste-se a uma recrudescência da criminalidade e um apelo consecutivo a um governo policial” (2003, p. 159).

Nessa ordem, as relações de poder não podem ser reduzidas a uma oposição binária entre dominadores e dominados, pois são muito mais heterogêneas, sempre provisórias, produzidas pelos muitos enfrentamentos locais. Ao mesmo tempo em que são intencionais, as relações de poder não são subjetivas, ou seja, embora o poder se exerça por meio de uma série de miras e objetivos, não resulta da escolha de um sujeito individual ou coletivo.

Em outros termos, para Foucault;

[...] as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontrolável. As relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade de resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência (Foucault, 2003, p. 232).

Mais importante do que a ordem preestabelecida na prisão, que gera e controla a vida dos que estão sujeitos às normas institucionais, são as redes informais de poder. Os

presos, por um lado, os agentes, técnicos e outros funcionários do sistema prisional, por outro, fazem concessões recíprocas, que produzem as redes de poder.

O significado de poder na análise foucaultiana é que ele produz assimetria, em vez de derivar de uma superioridade; ele se exerce permanentemente, em vez de se exercer de forma intermitente; ele se irradia de baixo para cima, sustentando as instâncias de autoridade legal. No curso das interações, a negociação da ordem prisional não requer, nem supõe, a manipulação de ações entre dominantes e dominados, mas a negociação de rituais de forças marcadas por ações, reações, fluxos, influxos, resistências, “afetividade” e “solidariedade”. Como salienta Michel Foucault, a prisão é uma "máquina abstrata" que opera tanto no domínio das ações discursivas como não-discursivas. Finalmente, "lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder" (Foucault, 1999, p. 91).

Na verdade, essa mudança de perspectiva proposta por Foucault é necessária, pois as formas de poder e controle social da modernidade são efetivamente muito mais produtivas, multidimensionais e complexas que as formas anteriores. Longe do modelo da lei soberana, que se baseava no direito de morte ou de deixar viver, as práticas de poder na modernidade caminham na direção de formas de poder que buscam gerir a vida, "poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las" (Foucault, 1977, p. 128).

Ao desenvolver novas noções, como a de biopoder - "poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação" (Foucault, 1999, p.129) e, ao enfatizar, em seus últimos escritos, o problema da

subjetividade, o autor mostrou-se coerente na busca de alternativas teóricas e metodológicas capazes de dar conta das complexas inter-relações entre práticas de poder, de saber e de subjetivação na sociedade moderna, assinala Alvarez (2004).

Nesta ordem, a noção de poder em Foucault não pode ser reduzida nem a um simples diagnóstico da intensificação do controle social nem a uma visão do poder como unidimensionalmente repressivo. Embora o poder produza certamente controle, ele produz igualmente outras coisas, como por exemplo, resistência. Nesse sentido, o poder passa a ser enfatizado como uma rede de relações de força, como mecanismo que tanto obriga quanto habilita para a ação. Ao colocar igualmente a resistência no cerne das práticas de poder, ao negar que os efeitos do poder sejam uniformizadores ou unitários, Foucault distancia-se das teses simplistas acerca da intensificação crescente do controle social.

Deleuze, por sua vez, apontava para uma ruptura dos mecanismos de regulação dos comportamentos na atualidade, ao considerar que as sociedades contemporâneas não seriam mais "sociedades disciplinares", tal como pensadas por Foucault, mas sim "sociedades de controle", nas quais os mecanismos de confinamento estariam sendo substituídos por novas tecnologias eletrônicas e informacionais de supervisão e controle dos indivíduos e das populações (Deleuze, 1999).

Deleuze, articulando a noção de *biopoder* de Foucault com a problemática do *controle* e estabelecendo uma relação com a ascensão das formas contemporâneas de tecnologia, afirma:

O controle não é uma disciplina. Com uma estrada não se enclausuram pessoas, mas, ao fazer estradas, multiplicam-se os meios de controle. Não digo que esse seja o único objetivo das estradas, mas as pessoas podem

trafegar até o infinito e livremente, sem a mínima clausura, e serem perfeitamente controladas. Esse é o nosso futuro (Deleuze, 1999, p. 5).

Segundo esse autor, podem-se fazer corresponder, a cada sociedade, certos tipos de máquina. Se as antigas sociedades de soberania operavam alavancas, roldanas e relógios, e as sociedades disciplinares estavam ligadas a *máquinas industriais*, as atuais sociedades de controle são indissociáveis dos computadores e da tecnologia de informação. A imagem paradigmática da máquina a vapor, ou da máquina movida a combustíveis fósseis, vem sendo substituída pela contemporânea rede de computadores. Isto tem feito surgir uma outra configuração da relação espaço-tempo, cada vez mais presente.

Deleuze afirma que, na atualidade, a crise generalizada das instituições e de seus instrumentos de confinamento vem dando lugar a novas formas de controle, que operam ao ar livre, substituindo as antigas disciplinas: “estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea” (Deleuze, 1999, p.34).

Giddens, por exemplo, chama a atenção para os mecanismos de vigilância como uma das principais dimensões institucionais da modernidade. Para esse autor, a concentração administrativa que caracteriza os estados modernos em geral depende do desenvolvimento de condições de vigilância voltadas para a supervisão das atividades da população súdita, quer por meio da supervisão direta - em instituições como as prisões, as escolas, os locais de trabalho, etc. - quer por meio indireto, sobretudo a partir do controle da informação (Giddens, 1991, p. 63).

Nota-se que esse processo absolutizador de controle social com auxílio do olho mecânico se deu progressivamente nas últimas décadas, deixando de se exercer na especificidade de determinados setores e generalizando-se. Como exemplo disso temos a proliferação de câmaras de “segurança” em lojas, supermercados, bancos, estradas, repartições públicas, nos grandes presídios de segurança máxima do Brasil e agora emerge também nos centros educacionais para adolescentes infratores.

Retomando as reflexões de Foucault para estabelecer neste momento uma relação direta com meu objeto de estudo, é possível afirmar que os dispositivos prisionais para adolescentes infratores têm funcionado no Brasil como um grande instrumento, estratégia para recrutar, fabricar e produzir delinquentes. Takeuti, ao analisar as reflexões teóricas foucaultianas, assinala o aparelho penitenciário como lugar de produção da delinquência. Esta não nasceria nas margens do sistema, como muitos gostariam de crer, mas sim nos “subterrâneos do aparelho judiciário”, ou seja, nas prisões ou instituições correcionais de menores infratores. “Sabemos muito bem que a maior parte das agências de atendimento ao menor guiam-se pelo princípio da repressão, da disciplina e da punição, não diferindo das práticas observadas nos estabelecimentos penais” (Takeuti, 2002, p.183).

Nessa linha de raciocínio são elucidativas as idéias de Queiroz, que afirma:

Se as práticas nos estabelecimentos de menores não difere da prática tradicional dos estabelecimentos penais, a modernização do atendimento proposta pelo Estado com a adoção de técnicas sofisticadas e pessoal técnico especializado no tratamento do menor infrator, na verdade só tem existência ao nível do discurso institucional, não correspondendo à realidade concreta do atendimento (1987, p. 49).

De acordo com o autor, as condições sócio-culturais que induziram estes adolescentes a praticar algum tipo de infração penal permanecem as mesmas e as possibilidades de adaptação passiva a elas tendem a piorar, após a experiência vivida: “A marca da FEBEM e da polícia, entre outras de seu cotidiano, transforma-se em característica perpétua e principal de sua individualidade: a certeza de que ele é intrinsecamente criminoso” (Queiroz, 1987, p.140).

Já para Violante:

A FEBEM reproduz no menor sua identidade de dominado, sem, contudo, conseguir dominá-lo. Reproduz a marginalidade, embora não a produza. A marginalidade do menor e a FEBEM são produtos de uma mesma estrutura social. A identidade que o menor deve adquirir para sobreviver sob tais condições é reproduzida por meio da institucionalização de sua condição marginal de existência (Violante, 1989, p.191).

Neste processo, a autora considera duas dimensões fundamentais: a) Do ponto de vista social, a idade, a cor, seus gestos, trajes e principalmente o fato de ser egresso da FEBEM, estigmatizam-no, impedindo-o de ser aceito no mundo dos “normais”, seja no emprego, na rua, na comunidade; b) Do ponto de vista psicossocial, o menor acaba por cumprir a carreira que a FEBEM lhe traça, adquire a identidade que lhe atribuem, identificando-se com a que lhe é imposta socialmente, por meio de suas ações, representações (Violante, 1989:189).

Nesta ordem de idéias, podemos afirmar que a partir do momento em que alguém entra numa prisão ou numa instituição disciplinar (FEBEM) é ajustado a um mecanismo que na linguagem foucaultiana o torna *infame*, ou seja, desprezível, abjeto, torpe. Ao sair, é provável que retorne a delinqüência. O disfuncionamento das instituições disciplinares e a *força do estigma* acabam por induzir os indivíduos a voltarem a delinquir, a infringir:

A infâmia é uma pena perfeita, visto que a reação imediata e espontânea da própria sociedade varia com cada sociedade; é graduada segundo a nocividade de cada crime, pode ser revogada por uma reabilitação pública, enfim, atinge unicamente o culpado. É, portanto, uma pena que se ajusta ao crime sem ter de passar por um Juiz, por um código, sem ter de ser aplicada em um tribunal, sem risco de ser desviada por um poder político. É precisamente adequada aos princípios da penalidade (Foucault, 2003, p. 34).

Nessa perspectiva, a *infâmia* é vista como um código que penaliza violentamente. Desse modo, o castigo pelo crime cometido não é somente de caráter físico, mas, sobretudo, simbólico: a opinião pública é suficientemente forte para punir por si só os delitos. Os adolescentes de que falo, ao saírem destes Centros Educacionais, são vistos por segmentos da sociedade como irregulares, agitadores, inimigos potenciais, o que os torna cada vez mais *infames*. Por terem praticado algum tipo de *infração penal*, lesam, antes de tudo, a sociedade, pois rompem com uma espécie de *contrato social*. São desse modo *objetos de reclusão*. De acordo com Foucault, os hábitos e a infâmia que marcam as pessoas que saem de uma prisão fazem com que sejam definitivamente fadados à criminalidade.

Considerando as idéias de Takeuti (2002), Queiroz (1987) e Violante (1989), expostas acima poderíamos compreender os Centros Educacionais para adolescentes infratores do Brasil nesse formato, haja vista seu fracasso no que concerne ao processo de *ressocialização* e de reinserção dos adolescentes. Sabemos que de algum modo, estes adolescentes acabam retornando a criminalidade e, conseqüentemente, a esses Centros Educacionais que se propõem a reeducar e não educam.

As pesquisas desenvolvidas por Gadelha (1998), revelam que o cenário das relações institucionais próprias à FEBEM é aquele que caracteriza a grande instituição, grandes complexos e unidades de atendimento, refratários à vida social. Constituem lugar de

clausura e segregação, onde se cristalizam práticas, saberes e subjetividades. De posse do relatório da Supervisão Técnica da FEBEM – São Paulo, Gadelha explicita as elucidativas conclusões a que chegou tal equipe:

Instituição reparadora, executora da justiça, fechada, autocrática, destituída de políticas globais de ação e infra-estrutura necessárias à realização de práticas educativas; instituição isolada das redes de relações sociais e desarticulada das demais agências sociais ligadas a problemática da família, infância e juventude; ação programática, arcaica e esclerosada, marcada por programas residuais, fragmentários e pontuais, construídos sem a participação dos agentes institucionais e de seus usuários; prática esvaziada e repetitiva, produzindo como resultado uma nebulosidade tal que a unidade de encaminhamento não encaminha, a de diagnóstico não diagnostica, a educacional não educa (Gadelha, 1998, p. 121).

Segundo Foucault, a prisão não é somente punitiva, ela é também um dos instrumentos do processo de eliminação social das pessoas que saem dela, que morrem nela, às vezes diretamente, e quase sempre indiretamente, uma vez que elas não podem mais encontrar um emprego, não tem nenhum meio de subsistência, não podendo mais reconstituir sua família. É à força da passagem de uma prisão a uma outra, de um crime a outro, elas acabam por serem de fato eliminados socialmente, não tendo mais lugar na sociedade, a não ser o de delinqüente.

Em suma, a criminalidade desempenha uma espécie de *nacionalismo interno*. Tal como o medo do inimigo faz amar o exército, o medo dos delinqüentes faz amar o poder policial. O delinqüente não é fora da lei, mas ele se situa desde o começo no próprio centro desses mecanismos nos quais se passa insensivelmente da disciplina à lei, do desvio ao delito, em uma continuidade de instituições que se remetem uma as outras: do orfanato ao reformatório, do reformatório à penitenciária, enfim, prisão (Foucault, 2003).

1.2 - Michel de Certeau: a escolha entre as vias de acesso ao tema.

Embora Foucault em sua concepção de poder aponte para a possibilidade de resistência, ao afirmar que “onde há poder há resistência”, para dar conta da compreensão do objeto que proponho investigar, destaco a perspectiva de Michel de Certeau, que coloca em evidência um outro lado da sociedade disciplinar, a saber, aquele que a ela reage:

[...] a “microfísica do poder” privilegia o aparelho produtor da (disciplina), ainda que na educação, ela ponha em evidência o sistema de uma “repressão” e mostre como, por trás dos bastidores, tecnologias mudas determinam ou curto-circuitam as encenações institucionais. Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a rede de “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela (Certeau, 2002, p. 41).

Certeau analisa e revisa o conceito de práticas sociais no exercício do poder disciplinar na abordagem foucaultiana de *Vigiar e Punir*, apontando um poder que, embora molecular, privilegia o aparelho produtor, ou seja, o detentor de tal poder. As idéias defendidas por Certeau se baseiam, fundamentalmente, na capacidade de inventividade e criatividade próprias ao ser humano a partir da relação entre consumidores e mecanismo de produção tendo como pano de fundo a distinção entre dois usos de práticas: estratégia (racionalidades dos produtores) e táticas (lógica da ação dos consumidores), ou seja, modo de proceder da criatividade humana.

Neste aspecto, esses modos de proceder, essas astúcias, compõem, no limite, a rede do que Certeau chama de *antidisciplina*. Assim compreendidos, podemos afirmar que não somos meros reprodutores das estruturas, o cotidiano se inventa com mil maneiras de fazer. A “fabricação” do cotidiano é uma produção, uma criação, uma poética - mas escondida,

porque ela se dissemina nas regiões definidas e ocupadas pelo sistema de produção televisiva, urbanística, comercial - enfim, o sistema de produção dominante (Certeau, 2002:39).

Certeau busca discernir os mínimos movimentos nas concepções do agir, de modo que consegue perceber micro-resistências, as quais possibilitam micro-liberdades, mobilizam recursos insuspeitos, e assim deslocam as fronteiras verdadeiras da dominação dos poderes sobre a multidão anônima. É justamente neste momento que ocorre a inversão, subversão dos mais fracos nas relações de poder.

Sua não credulidade diante da ordem dogmática que as autoridades e instituições querem sempre organizar, sua atenção à liberdade interior dos não-conformistas, mesmo reduzidos ao silêncio, que modificam ou desviam a verdade imposta, seu respeito por toda resistência ainda que mínima e por toda forma de mobilidade aberta por essa resistência, tudo isso dá a Certeau a possibilidade de crer firmemente na *liberdade gazeteira das práticas*. Assim é que se percebe micro-diferenças onde tantos outros só vêem obediência e uniformização (Giard, 2002, p. 19).

Em a *Invenção do cotidiano*, Michel de Certeau aponta dois elementos cruciais para compreender as práticas culturais, as práticas da vida cotidiana, a saber, *arte e estilo*. O agir dos indivíduos, suas práticas estão carregadas de uma arte, um estilo próprio de quem está em condição de sujeição, em condição de “dominado”. Para subverter a esse controle o indivíduo faz uso de uma arte própria, artes de fazer, estilo de subverter a ordem imposta. Nesse sentido, a concepção do agir é inseparável da referência a essas duas noções.

Na cultura ordinária, diz Certeau, “a ordem é exercida por uma arte”, ou seja, ao mesmo tempo exercida e burlada considerando sempre na operacionalização desta arte a trajetória pessoal de cada um. Nessas determinações da instituição “se insinuam assim um estilo de trocas sociais, um estilo de invenções técnicas e um estilo de resistência moral”.

Ou seja, uma economia do dom, uma estética dos lances, uma ética da tenacidade (2002:20).

Suponho que os procedimentos, essa arte de fazer, de “fabricar o cotidiano”, está presente mesmo em uma prisão. As “maneiras de fazer”, as astúcias, como o autor define, formam uma contrapartida dos “dominados” nos processos que ordenam seja a sociedade ou suas instituições.

De acordo com Certeau, deve haver uma lógica dessas astúcias, dessas práticas. Tais práticas colocam em jogo uma *saber* popular, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar: “São táticas do consumo, engenhosidades do fraco para tirar o partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas” (Certeau, 2002, p. 45).

Para Ferreira (2003), Certeau considera as ações cotidianas como *práticas*, entendendo assim que as relações sociais são formadas por práticas que são construídas, são “fabricadas”, a partir das atividades que se exercem na vida cotidiana - profissionais, sociais, políticas e culturais. Sendo que, a partir da operacionalização dessas práticas cotidianas, devemos considerar três aspectos fundamentais: 1) O caráter estético que trata da *arte de fazer*, diz respeito à questão do estilo; 2) Caráter ético, que se dá quando as práticas cotidianas se constituem em uma recusa do sujeito em se identificar com a ordem tal como ela se impõe; 3) As práticas que representam a defesa da vida que estão inscritas como intervenções de conflito permanente em uma relação de força (Ferreira, 2003, p. 39). Dada à situação limite em que se encontram os adolescentes internos, o último aspecto é o que interessa de perto para os fins desta pesquisa.

Nessa luta entre heterodoxia e ortodoxia, se é que podemos assim classificar, Certeau distingue duas categorias centrais na operacionalização das práticas cotidianas, a saber: *estratégias e táticas*:

Chamo de estratégia o cálculo ou manipulação das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças (clientes, concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos de uma pesquisa). Toda racionalidade estratégica procura em primeiro lugar distinguir de “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios (Certeau, 2002, p. 99).

O “próprio” é o lugar de quem ocupa a posição de mando, de quem estar no poder, que tem lugar para elaborar suas estratégias. Desse modo, tem um lugar circunscrito como próprio. São pessoas que se propõem a racionalizar sobre um determinado espaço ou instituição, elaborando prescrições normativas, posturas discursivas que ficam na esfera do dever ser.

Para Certeau, o “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Por isso quem o detém, capitaliza vantagem, prepara expansões e obtém para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias. Por ter domínio dos lugares pela vista, tem uma prática *panóptica* a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar, portanto e incluir na sua visão. Assim, ver longe será igualmente prever, antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço. Seria legítimo definir o poder do saber por essa capacidade de transformar as incertezas da história em espaços legíveis. Mas é exato reconhecer nessas estratégias um tipo específico

de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio. Ele se produz aí, assinala Certeau (2002, p. 100).

Um lugar pode ser entendido também da seguinte maneira:

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha se acha a possibilidade das duas coisas ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do próprio: elementos considerados se acham um ao lado dos outros, cada um situado num lugar próprio e distinto que define. Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade (Certeau, 2002, p. 201).

Ainda tomando Michel de Certeau como referência, devemos pensar que existe espaço sempre que se leva em consideração vetores de direção, quantidade de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente ou de proximidades contratuais. Em suma, *o espaço é um lugar praticado*, assinala Certeau.

Todavia, Certeau ressalta que as estratégias elaboradas por quem detém uma posição de mando nas estruturas de poder para um determinado espaço são operacionalizadas por sujeitos anônimos em formas de movimentos táticos (2002: 47).

Nesse sentido, a noção de tática é fundamental. O autor a define como:

[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar se não o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento

“dentro do campo de visão do inimigo” e no espaço por ele controlado (Certeau, 2002, p. 101).

As táticas são, desta forma, a materialização no cotidiano do que foi pensando como estratégia, como norma, ou seja, como a coisa deve ser. Segundo Certeau, o indivíduo na condição de dominado se apropria de recursos disponíveis e faz das circunstâncias táticas a seu favor. Vale ressaltar que o “consumo” das estratégias por meio de movimentos táticos varia de acordo com a trajetória de vida de cada sujeito. De modo que as formas de apropriação das estratégias são singulares; diferentes condutas, maneiras de fazer que devem ser levadas em consideração.

Segundo Certeau, o indivíduo “dominado”, por não ter um lugar próprio para elaborar e executar estratégias, faz uso de táticas. Táticas que lhe são próprias, pois são elaboradas com um estilo próprio, uma arte de operar golpe por golpe, lance por lance, sendo os lances proporcionais às situações. Então, o “dominado” aproveita todas as ocasiões, pois depende dela não tendo base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. Este “não-lugar” lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Aí vai a luta, criando surpresas, eventos inesperados. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. Em suma, tática é a arte do fraco, se introduz de surpresa numa ordem. A arte de “dar um golpe” é o senso da ocasião. Diz Certeau:

Embora sejam relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias, essas táticas desviacionistas não obedecem à lei do lugar. Não se definem por este. Sob esse ponto de vista, são tão localizáveis como as estratégias tecnocráticas (e escriturísticas) que visam criar lugares segundo modelos abstratos. O que distingue estas daquelas são os tipos de operações nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao

passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar (2002, p. 92).

A astúcia pode ser entendida como a única possibilidade do fraco frente às forças do forte. A astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela, como “último recurso”: Quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita a astúcia. Em outras palavras tanto mais se torna tática, assinala o autor. Como e por que isso ocorre? “A tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (Certeau, 2002, p. 101).

As estratégias são ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistema de discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. Privilegiam, portanto, as relações espaciais.

Já as táticas, de acordo com Certeau, são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo - as circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimento que mudam a organização do espaço, as relações entre momentos sucessivos de um golpe, aos cruzamentos possíveis de duração e ritmos heterogêneos. E mais:

As estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações do poder. Táticas no discurso podem, já se viu, ser o ponto de referência formal de táticas sem discurso. Como também essas maneiras de pensar investidas em maneiras de fazer (2002, p. 113).

Ainda podemos dizer que “tática” é um cálculo que não pode contar com um próprio nem, portanto, com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o lugar do outro. Ela se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Neste sentido, cada vez mais coagido e sempre menos envolvido por esses amplos enquadramentos, o indivíduo se destaca deles sem poder escapar-lhes, e só lhe resta à astúcia no relacionamento com eles, “dar golpes”. Não tendo meios para manter a si mesma à distância, numa provisão recuada, de previsão e de convocação própria, a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo” (Certeau, 2002, p. 46).

Este “não-lugar” da tática, de que fala Certeau, permite mobilidade, agilidade para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante em que o dominador se distrai. Tem-se que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do detentor do poder, (no caso do São Miguel, a equipe técnica, de monitores, instrutores, carcereiros). Aí é chegada a hora de “caçar”, conseguindo estar onde ninguém espera. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. No caso do São Miguel qualquer movimento dos instrutores que estejam fora do foco, ou seja, fora do olhar sobre os internos, é um momento propício para por em prática as táticas dos adolescentes. É justamente nos momentos oportunos, onde se combinam elementos heterogêneos, que eles conseguem reagir ao controle instituído. É importante ressaltar que a síntese dos movimentos táticos tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ocasião se contrapondo a realidade da ordem instituída, as estratégias dos poderes instituídos.

Nesta perspectiva, as práticas cotidianas dos adolescentes internos e dos instrutores educacionais no São Miguel são do tipo tático. São maneiras de fazer dos adolescentes para resistir ao controle. São vitórias do fraco sobre o mais forte, pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de caçadores, mobilidades, simulações, achados que provocam euforia, sobretudo nos ocasiões de rebeliões.

Tais reflexões foram de extrema relevância na formulação do problema pesquisa, e serão fundamentais na busca de respostas as minhas indagações, ou seja, entender em que medida o cotidiano de uma instituição de ressocialização para adolescentes infratores pode ser “fabricado” por meio da interação entre estratégias e táticas de controle e táticas de resistência a esse controle.

Com o objetivo de garantir as conexões necessárias entre elementos conceituais e empíricos, acreditamos ter encontrado aportes/referências, nas idéias de Foucault e, principalmente, nas idéias de Certeau. Nesse sentido, reiteramos que o objeto de estudo será abordado sob o olhar proposto por Michel Certeau, tendo como eixo teórico-metodológico os conceitos de *antidisciplina*, *estratégias*, *táticas*. Procurarei mais adiante mostrar, inspirado nos princípios metodológicos da etnografia - apreender - observar, registrar e analisar - como as práticas de controle do Centro Educacional São Miguel podem ser produtivas e não apenas repressivas, já que podem produzir comportamentos em indivíduos e grupos sociais, e não somente restringir e controlar as ações; e, de certo modo, recuperar as diferentes respostas dos agentes submetidos aos mecanismos de controle.

Capítulo 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

2.1 Elementos para uma construção metodológica.

Compreender o cotidiano do Centro Educacional São Miguel, a partir da interação entre o que denominei de *grupo de controle* e *grupo de resistência*, não consistiu em lançar somente um olhar para o lado formal da instituição, ou seja, para seu lado estruturado, “arrumado”; mas, fundamentalmente, foi necessário conduzir meu olhar para o lado mais obscuro, o não dito, o interdito nas relações de poder dentro da instituição procurando compreender aquilo que não é óbvio. “Resíduos” que não são perceptíveis a olho nu e que a instituição não torna claro através de suas ações em virtude de seu repressivo e das instâncias de poder que ela representa.

Uma vez em campo, procurei inspiração nos princípios metodológicos da pesquisa qualitativa. Segundo Geertz (1989), a observação etnográfica possui o mérito de fazer o pesquisador “mergulhar” na realidade por ele pesquisada, usando táticas de conviver, sentir e observar as ações dos atores pesquisados. Geertz, a partir do conceito de “descrição densa”, explicita o fazer etnográfico:

[...] fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não como os sinais convencionais do som, mas como exemplos transitórios de comportamento modelado (1989, p. 20).

Devo, contudo, alertar o leitor das dificuldades e limitações que tornaram inviáveis o recurso direto à etnografia. Ainda assim, busquei compreender sentidos, significados,

manifestações subjetivas, confluências e divergências que ao longo da pesquisa pude perceber e que confirmaram os pressupostos dos quais parti, a saber: (a) a presença de elementos coercitivos no fazer dos atores sociais responsáveis pela manutenção da ordem institucional; (b) a existência de fissuras e frechas por onde escapam os mecanismos de controle total. Desta forma, creio ter sido possível mostrar a inexistência do referido controle, já que há elementos de resistências contrários à ordem estabelecida que tornam evidente suas fragilidades. Pude percebê-los por meio das manifestações de rebelião, do não cumprimento dos horários das oficinas profissionalizantes, das tentativas de fugas, e principalmente por movimentos táticos dos adolescentes “fabricados” por meio da utilização de signos com significados próprios, tais como: gírias, códigos, pactos, contratos. Os adolescentes criam uma linguagem particular que dificulta a compreensão e o acesso aos significados por parte dos instrutores educacionais, facilitando, desta forma, a comunicação dos internos, o que gera a possibilidade de ações de resistências dentro da instituição.

A investigação foi sustentada por um trabalho de campo em que se cultivou a observação direta. Por meio dela, pude observar o cotidiano da instituição a partir da ótica dos adolescentes - o grupo de resistência - e a partir da ótica da direção e instrutores educacionais - o grupo de controle. Meus informantes privilegiados foram os instrutores educacionais, com quem mantive um contato mais direto e pude estabelecer um diálogo permanente, fato que contribuiu enormemente para as minhas anotações no diário de campo. Com os adolescentes mantive contatos esporádicos em ocasiões em que os mesmos se encontravam trancados nos dormitórios. Procurei manter um diálogo com eles, entretanto os mesmos se mostraram bastante resistentes em falar sobre suas práticas cotidianas, modos de vida. Apesar das dificuldades de acesso ao mundo “fechado” dos

adolescentes, tive o cuidado de registrar todos os relatos que obtive no diário de campo. Ao final, tive mais informações por parte dos instrutores educacionais, tendo em vista as dificuldades de acesso aos adolescentes, de modo que o discurso dos instrutores educacionais se tornou a base da análise. Realizei entrevistas semi-estruturadas com diretor e vice-diretor, como forma de complementação dos dados. As entrevistas foram realizadas na sala da direção, seguindo um roteiro aberto. Totalizaram 20 horas de gravação. Procedi, também, à análise documental tanto dos códigos normativos (regimento disciplinar, projetos de reinserção da SAS etc.) que sobredeterminam o funcionamento da instituição, bem como fiz uma comparação destas normas com o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O procedimento da observação pode resumir-se da seguinte maneira: observar o cotidiano institucional, em especial, as relações de poder nele envolvidas, centrando a atenção, (a) nas interações localizadas entre a direção da instituição e os adolescentes; (b) nas condições de produção, fabricação do controle e (c) fundamentalmente de resistências por parte do grupo controlado, transmissão e recepção dos bens simbólicos circulantes nessa trama do poder. A atenção dada aos adolescentes em movimento permanente é acompanhada por um interesse metodológico baseado na lógica da ação e da interação, na capacidade de resistência inerente à própria condição do sujeito, do humano.

Como a observação direta foi desde o início a metodologia privilegiada, a necessidade de ver de perto e participar da dinâmica institucional exigiu uma presença no campo de pesquisa, que se deu em dois períodos distintos: abril, maio, outubro e novembro de 2005 e abril, maio e junho de 2006. Durante esse período permaneci na instituição três dias por semana, sempre às segundas, quartas e sextas-feiras.

No período inicial, uma questão fundamental se colocava: após delimitado o objeto e a metodologia, a dúvida metódica agora era justamente quais lugares, ou qual lugar ocupar no campo institucional, embora já fosse conhecido na instituição como pesquisador, pois já havia passado por lá no período da pesquisa de campo para a conclusão da monografia do curso de graduação em Ciências Sociais. Procurei estabelecer um diálogo com a direção da instituição que, por sua vez, me autorizou a permanência na instituição nas segundas, quartas e sextas-feiras durante o dia todo. Em seguida fui apresentado à equipe de instrutores educacionais e, a partir de então, fui negociando com os mesmos os locais a serem ocupados, sendo sempre advertido dos riscos que estava correndo, pois a qualquer momento poderia ocorrer algum tipo de insurgência que me colocasse na condição de refém.

A partir das possibilidades de realização da observação direta, pude optar por um tipo de observação na qual o investigador negocia previamente o seu lugar não prescindindo do fato de ser um observador exterior, mas aproveitando para interagir sem se tornar ele próprio protagonista das interações. Deste modo, fui conhecendo histórias do Centro Educacional São Miguel narradas pelos instrutores educacionais, ao mesmo tempo em que observava atentamente a dinâmica real da instituição. E, assim, fui adentrando no universo de uma instituição que se propõe propiciar a reinserção social de adolescentes infratores, observando seu cotidiano, o modo de conduzir a desordem, de manter a ordem na desordem.

De modo geral, houve uma aceitação com poucas reservas da minha condição de observador, embora tenha percebido resistências por parte dos instrutores com mais tempo de instituição. Apesar destas dificuldades, recorrer aos instrutores educacionais com mais experiência foi fundamental para a pesquisa, pois são testemunhas de grandes

acontecimentos ali ocorridos. A experiência destes nos auxiliou a trilhar caminhos para chegar aos cantos de difícil acesso da instituição, ou seja, o universo dos adolescentes. Os instrutores educacionais foram a porta de entrada para se chegar mais próximo das experiências de resistências dos adolescentes, o contato com esses atores foi fundamental em campo.

As conversas com os adolescentes ocorriam geralmente no momento de descanso, ocasião em que se encontravam trancados nos dormitórios, já que no período da manhã parte deles se encontrava nas oficinas profissionalizantes. Tive acesso direto aos dormitórios e conversei com os de adolescentes. Sempre me apresentava como estudante – pesquisador de uma universidade - e procurava deixar claro o objetivo da pesquisa; entretanto, antes que eu pudesse me identificar, eles queriam, de imediato, saber quem eu era, de onde vinha, se era instrutor educacional, se era “dos direitos humano”. Enfim, se estava ali para ajudá-los ou se seria mais um a percebê-los como marginais. Essas foram questões recorrentes em todos os contatos, partindo sempre da desconfiança dos adolescentes em relação às pessoas que eram estranhas à instituição.

Após as apresentações, o nosso diálogo pautava-se sobre as experiências pessoais dos internos na instituição, de modo que nestes momentos procurei intencionalmente deixá-los livres, apenas solicitava que falassem sobre suas experiências: como viam a instituição? Como se organizavam nela? Como reivindicavam direitos? Como se rebelavam? Enfim, como se organizavam para resistir ao controle institucional? As respostas eram as mais vagas possíveis. Encontrei muita resistência por parte deles em falar sobre a sua forma de organização em grupo para se contrapor ao poder institucional. Todavia, aos poucos, pude obter dos internos elementos que vieram a dar suporte para análise e, posteriormente, pude construir respostas, montando assim minha compreensão acerca da problemática colocada.

2.2 Agruras do campo: lugar de construção de saberes, artes de fazer.

No momento da pesquisa de campo me percebia entrando em um universo fascinante, na busca de novas descobertas sobre como de fato funcionava uma instituição de ressocialização. Apesar de já ter realizado pesquisa anteriormente naquele Centro, muitos elementos ainda faltava conhecer. Meu contato inicial com a instituição ocorreu durante a graduação de ciências sociais e tinha sido de forma mais superficial, não adentrando nas questões mais fechadas da instituição. Neste sentido, foi fundamental fazer uso da observação direta como metodologia privilegiada. Por outro lado, passei por momentos aterrorizantes, por exemplo, o medo de ser pego como refém. Esta sensação foi bastante presente na ocasião em que entrei na ala A (dormitórios) e fiquei conversando com seis adolescentes, “agora eles me pegam mesmo”. Nesses momentos eu questionava se valia a pena o meu retorno à instituição.

Num primeiro momento, romper com pré-noções, idéias pré-concebidas e construídas socialmente sobre adolescentes infratores foi de suma importância. Não estava mais diante apenas de uma representação social da delinquência juvenil, estava diante da própria realidade da delinquência juvenil, estava diante de jovens que já haviam praticado três, quatro homicídios e latrocínios. Nas primeiras tentativas em que procurei estabelecer um diálogo, faziam questão de afirmar a gravidade dos atos infracionais cometidos e o faziam sem temer, com orgulho, vaidade até. Percebia claramente que na verdade o objetivo deles era justamente me causar medo, impor respeito. Então, como reagir diante deles? Como encará-los? Eles mesmos se percebiam como marginais e faziam questão de mostrar o que tinham sido capazes de fazer. Enfim, o medo e a angústia do pesquisador em campo vieram de imediato à tona. E como romper neste momento com as pré-noções? Mas

tinha isto bem definido: não romper com estes pré-conceitos, pré-noções, mas controlá-las seria fundamental para vê-los, não somente como meus potenciais informantes, mas, sobretudo, como sujeitos, como indivíduos, enfim, percebê-los na sua condição humana. Esse procedimento de auto-controle foi de fundamental importância para que eu pudesse avançar na pesquisa e para que não comprometesse a observação e a análise.

Somente a partir daí é que pude estabelecer um contato maior com eles. Além disto, a parceria com os instrutores interessados pela proposta da pesquisa foi fundamental para me auxiliar nos levantamentos de dados complementares, como, por exemplo, falar sobre as experiências da instituição, a forma como os adolescentes se organizam na instituição.

O anseio para desnaturalizar a realidade institucional do Centro Educacional São Miguel, e perceber os adolescentes como agentes de um contra-poder, pôs-se em curso rapidamente, surgindo assim uma explosão de idéias sobre o que de fato seria o São Miguel.

Enfim, observei de perto também as atividades em campo (sala de aulas, oficinas profissionalizantes, momentos de lazer) no sentido de apreender as experiências dos adolescentes. Minha presença semanal, no local e horário marcado em acordo com a direção da instituição e instrutores educacionais, foi decisiva para o avançar da pesquisa e para romper com angústia, e combater a apatia inicial.

Por se tratar de uma exploração em campo distinta daquela na qual se chega com gravadores, tendo os sujeitos/informantes a serem entrevistados a espera dos pesquisadores para o fornecimento das informações, registrei os dados no diário de campo e, para isso, fazer uso da memória foi também decisivo.

Hoje, depois de alguns anos de experiência profissional, e de algumas reflexões teóricas e pessoais acerca da temática, posso dizer convicto que ainda é um tema a ser

bastante desbravado por estudiosos da área. E espero que meu trabalho sirva como um instrumento para as futuras reflexões. É perseguindo esse veio, na busca de novas respostas que possam nos ajudar a construir novos modos de pensar, de conhecer a realidade em uma instituição como aquela que orientei a presente dissertação. Manter viva uma reflexão sobre a temática é de fundamental importância para encontrar o melhor caminho de compreender o Centro Educacional São Miguel e seus agentes, tanto a direção com sua equipe como os adolescentes.

Capítulo 3 - CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.

O Centro Educacional São Miguel é uma instituição destinada ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei, com idade de 12 a 18 anos em regime de internato. Inaugurado em 4 de novembro de 1986, está localizado na rua Eldorado, s/n, no bairro Castelão, em Fortaleza – Ceará. Tem capacidade para atender 60 internos, mas, segundo o atual Diretor da Instituição, já chegou a abrigar 50% a mais da capacidade que realmente suportaria. No período em que estive em campo¹³ a instituição estava passando por uma reforma na estruturas física, de maneira que, segundo as informações da Direção, 35% dos adolescentes haviam sido transferidos para outras instituições, restando 48 institucionalizados naquele momento.

Durante os seus 20 anos de existência, a imagem construída historicamente acerca do Centro Educacional São Miguel, seja pela mídia ou por outros segmentos da sociedade, é bastante diversificada. Os discursos variam desde uma instituição rígida, que abriga adolescentes “marginais”, “hotel cinco estrelas”, até instituição que degrada a condição de humano dos adolescentes.

Atualmente, o quadro funcional da instituição é composto por diretor e vice-diretor, uma psicóloga, duas assistentes sociais - tendo a disposição três estagiárias do Serviço Social -, uma pedagoga, um médico, um dentista, quarenta e oito monitores. Além do pessoal da cozinha, há também, em média, seis policiais: três nas guaritas e três na recepção.

Na estrutura interna da instituição há duas alas. A ala B que se divide em quatorze dormitórios coletivos localizados no fundo do prédio. Cada dormitório é equipado com cinco camas de alvenaria e um aparelho sanitário. No caso de superlotação, é comum os

¹³ Período correspondente aos meses de abril de 2005 a junho de 2006.

adolescentes dormirem no chão, acredita-se que com colchões. Na ala B, os adolescentes também têm acesso ao pátio para os banhos de sol e para praticar algum tipo de esporte. E a ala A, que fica localizada logo após a entrada da instituição com apenas cinco dormitórios e o pátio para banhos de sol bem inferior em relação ao da ala B. Segundo o diretor, esses dormitórios eram usados anteriormente apenas para a recepção dos novatos que após uma série de entrevistas com a equipe técnica (psicóloga e assistente social) eram encaminhados para a ala B. Atualmente, devido à demanda, são utilizados pelos adolescentes de modo permanente. Por ser um espaço consideravelmente menor em relação aos dormitórios da ala B, composto por apenas três camas e geralmente com a mesma quantidade de adolescentes (cinco), a probabilidade de conflito entre eles é maior, sobretudo no pequeno pátio onde tomam banho de sol. Para evitar conflito entre os próprios adolescentes, os instrutores educacionais fazem uso do seguinte expediente: como conduzir de forma intercalada as saídas para o banho de sol. Exemplo disso pode se verificar que, no dia em que os adolescentes dos dormitórios 1, 2 e 3 saem, os demais ficam trancados, e assim sucessivamente. É interessante salientar que os padrões arquitetônicos da instituição, sobretudo os dormitórios, não se diferenciam das celas de presídio ou delegacias.

Defronte à ala B, como já foi aventado, existe um pequeno pátio, no qual os adolescentes permanecem após as oficinas profissionalizantes, mas, via de regra, estão trancafiados nos dormitórios. Saem somente para a sala de aula, que funciona dentro da própria instituição, ou para as salas onde acontecem as oficinas. Logo na recepção temos a oportunidade de nos depararmos com vários policiais, em torno de três; em seguida, do lado direito, está a sala da direção e um depósito no qual ficam guardadas as roupas e objetos pessoais dos internos. No final do corredor da ala A, fica a “tranca”: local de castigo disciplinar.

De acordo com o diretor, a instituição dificilmente atende somente o número de adolescentes que realmente comporta. Em geral, acaba sempre ficando lotada, pois a demanda é grande e, mesmo com o surgimento de outras instituições para esse atendimento, o Centro permanece lotado. Ele diz:

Criou-se o São Miguel com a capacidade para atender 50, 60 adolescentes; já chegamos a atender 116. Resultado: criaram o São Francisco, [outra instituição]. Aí diziam: vai diminuir a superlotação do São Miguel. O que aconteceu? Lotou aqui e lá. Foi então que criaram o CECAL (Centro Educacional Dom Loescheider) [mais uma instituição]; e hoje praticamente estão as três lotadas. Eu não posso falar de superlotação, mas estão lotadas. Geralmente, o São Miguel é a que sempre tem mais adolescentes; toda vida ela sempre teve mais adolescentes (Entrevista concedida pelo diretor em outubro de 2005).

O discurso do diretor revela não só o agravamento do índice de criminalidade juvenil (ver anexo¹⁴), bem como fica evidenciada em sua fala a crise que essas instituições têm vivenciado nas últimas décadas por conta da superlotação; o que nos leva a crer que os resultados cada vez mais de distanciam das propostas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Um indicador que demonstra essa ineficácia no trato com esse fenômeno é o índice de reincidência. De acordo com a direção e instrutores educacionais que entrevistamos, mais da metade dos adolescentes que estão na instituição que pesquisamos já tiveram de duas a três passagens pela mesma: “Esses adolescentes já passaram por muitas outras instituições; eles fazem é turismo institucional” (instrutor educacional - anotações do diário de campo).

Para ser atendido no Centro Educacional São Miguel, o adolescente passa pela dinâmica de atendimento à criança e adolescente que envolve as seguintes instâncias:

¹⁴ Fonte: Secretaria de Ação Social do Estado do Ceará.

Polícia Militar, Delegacia da Criança e do Adolescente – (DCA); Defensoria Pública, Promotoria, Juizado da infância e da Juventude e, por fim, Secretaria de Ação Social – (SAS).

O ritual da Instituição para receber os internos se faz da seguinte forma: ao ser apreendido pela Polícia Militar, mediante flagrância do ato infracional, o adolescente é conduzido à Delegacia da Criança e do Adolescente para a apuração do ato cometido com vistas à comprovação da materialidade da autoria da infração. Em seguida, os autos são encaminhados ao Ministério Público. Enquanto isso, o adolescente é liberado para sua família e fica aguardando a decisão da justiça. Em caso de não ter família, é encaminhado para o Abrigo Provisório. A fase Judicial dá-se da seguinte maneira: o Ministério Público pode adotar a promoção do arquivamento dos autos; conceder a remissão (perdão); ou encaminhar à autoridade Judiciária para a aplicação das medidas sócio-educativas. Em caso de remissão ou arquivamento dos autos, o Juizado da Infância e Juventude pode concordar ou não com o Ministério Público.

As medidas sócio-educativas podem ser desde a liberação para família, - o adolescente sofre apenas advertência e reparação do dano, prestação de serviços comunitários, inserção no regime de liberdade assistida ou vigiada, (neste caso o adolescente deve comparecer mensalmente ao Juizado) - ou ser conduzido às Unidades de internação ou semiliberdade da Secretaria de Ação Social – (SAS). O atendimento pode ser em regime de semiliberdade ou isolamento total. Este último é o caso dos Centros Educacionais em regime de internato. Se o adolescente for encaminhado para uma das Unidades de internamento, o parecer judicial deve sair no prazo máximo de 45 dias, período permitido pela lei (Estatuto da Criança e do Adolescente) para que a Justiça possa sentenciá-lo ou não. Caso seja sentenciado, o adolescente tem direito à assistência judiciária gratuita através da

Defensoria Pública que funciona junto a Vara da Infância e Juventude (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Após todo esse procedimento legal e ritualístico, o adolescente chega à instituição. Ao chegar ao São Miguel, o adolescente infrator é atendido, a princípio, pela Direção, em seguida pelo Serviço Social e Psicológico. De acordo com a necessidade, pode ser atendido também pelo serviço médico. Uma das primeiras ações tomadas pela Direção da Instituição é “explicitar” as normas da casa, deixando claro o que é ou não permitido ao adolescente.

Através de um convênio com a SEDUC (Secretaria de Educação do Estado do Ceará) é assegurado aos internos a matrícula na escola formal pertencente à rede oficial de ensino que funciona na própria instituição. Nela, os adolescentes têm acesso ao ensino fundamental e supletivo da 5ª à 8ª séries. Além da escola, a instituição também tem convênio com o SINE, possibilitando aos internos a oferta de cursos profissionalizantes, como, por exemplo, marcenaria, cerâmica, vassouraria, formação de bombeiro hidráulico entre outras. Atualmente, funcionam apenas duas oficinas, a de vime e cipó e de marcenaria. De modo que a grande maioria dos adolescentes fica na ociosidade no período da manhã. A direção alega que as oficinas não estão funcionando por conta da reforma das instalações físicas¹⁵.

¹⁵ No período da pesquisa, estava havendo uma ampliação no prédio da mesma, no sentido de ampliar o número de adolescentes a serem recebidos.

3.1 Os instrutores educacionais e suas táticas

O diretor do Centro Educacional São Miguel é um dos pioneiros no trabalho com adolescentes infratores no Ceará. O mesmo já atua nesse campo há 25 anos, dez deles na instituição em comento. Em seus depoimentos para nossa pesquisa, chega a demonstrar certo saudosismo em relação ao tempo em que começou a trabalhar com esse público. Segundo ele, antigamente os adolescentes eram mais ordeiros, mais amistosos. Na verdade, o registro profissional de sua função é de instrutor educacional; no entanto, ocupa o cargo de diretor por conta da falta de profissionais com nível superior que tenham interesse em atuar nessa área. “Sr. Jorge¹⁶” tem apenas o ensino fundamental.

Como os instrutores educacionais foram os agentes institucionais com quem mais mantive contato, pois tive a oportunidade de observar suas dinâmicas, suas táticas, práticas, etc., esses se tornaram informantes privilegiados. Mantive contato com instrutores educacionais que já trabalham na instituição há mais de 15 anos bem como com aqueles que acabaram de ingressar na instituição, alguns com apenas cinco meses de atividade.

A partir das minhas observações, e tendo por base o diálogo que estabeleci com eles, pude perceber que aqueles como mais tempo de instituição – geralmente os que fazem parte do quadro de funcionários efetivos – foram mais resistentes em falar sobre as práticas institucionais. Já os instrutores terceirizados e com pouco tempo de contrato institucional se posicionavam de modo mais aberto e me forneceram informações valiosas sobre as táticas dos adolescentes, sobre o modo como se organizam para se rebelarem, fugir etc., bem como sobre suas próprias táticas para procurar manter o controle.

¹⁶ Todos os nomes usados na dissertação são fictícios.

Faz-se necessário neste momento elucidar a organização dos instrutores educacionais que se distribui – de acordo com o número de adolescentes na instituição (à época, se encontravam 52) e por ter como preocupação central a questão do controle a distribuição dos instrutores ou “pastoradores” como eles mesmos se intitulam - em dois grandes grupos: os que trabalham durante o dia e folgam à noite e os que trabalham durante a noite e intercalam com o dia.

Embora não tenha estabelecido diálogo com todos, tive acesso aos quarenta e oito instrutores. Percebi claramente como os adolescentes os classificam em tipos sociais: os instrutores educacionais mais flexíveis são chamados de “rochedos”, que significa gente boa, uma pessoa que colabora e os vêem como gente, como indivíduos; e os chamados de “sujeira” ou “atraso” são aqueles que, além de usarem a violência física com frequência, os vêem como marginais, como bandidos e que, por isso, devem morrer na prisão.

Nesse sentido, pude inferir, a partir dos discursos dos instrutores e das minhas próprias observações, que cada instrutor tem suas táticas, suas “maneiras de fazer” próprias que são “fabricadas” no cotidiano para o trato com os adolescentes, ou seja, operacionalizam as normas de controle “estrategicamente” elaboradas de forma singular.

Segundo Certeau (2002), as formas de “consumo”, “as “maneiras de fabricar” o cotidiano varia de acordo com as circunstâncias”. Nesse sentido, vale lembrar que nas diversas ocasiões em que conversei com os instrutores educacionais, eles sempre faziam alusão à tranquilidade dos fins de semana e me convidavam para uma visita. Segundo eles, nos fins de semana, tudo é mais calmo, não há tanta resistência por parte dos adolescentes, como fica evidenciado na narrativa de Carlos:

Rapaz, no fim de semana é calmo, os meninos ficam numa boa. A tensão é bem menor. Se tu quiser vir pra cá num fim de semana vem, tu vai ver que é diferente.. A gente sempre fica mais tranqüilo, não é esse tumulto não. Tem filme, que a gente aluga e traz leva os meninos pra ver também, fica ali a sala de TV. A tarde eles joga bola aí na quadra, é bem mais tranqüilo (observações extraídas do diário de campo).

Assim, de acordo com as circunstâncias os instrutores vão também elaborando suas táticas cotidianas. Nota-se que na ausência da direção há uma mudança na forma de operacionalizar as táticas de controle. Fato que nos leva a crer que há uma polarização das táticas. Durante a semana, como existe a presença do diretor, os instrutores se comportam de uma maneira mais rígida no trato com os adolescentes. Nos fins de semana, há um relaxamento das práticas de controle.

De acordo com Certeau, na operacionalização das táticas devemos considerar também a trajetória de vida de cada um. Neste sentido, pude perceber entre os instrutores educacionais diferentes formas de colocar em prática suas táticas. Cada instrutor elabora suas táticas para se relacionar como os adolescentes. Deste modo, pude perceber uma diferença na forma como eles tratam os adolescentes. E os classifiquei da seguinte forma: “os linha dura” e os mais “maleáveis”. De uma lado, encontrei instrutores que tratam os adolescentes como “bandidos”, “vagabundos”, enfim, como marginais, e os vêem como inimigos. Esses utilizam-se da força, da violência física no trato com os adolescentes. Foi comum ouvir deste grupo a seguinte afirmação: “comigo bandido não tem vez não”. De outro lado, encontrei um grupo que tem um trato mais “humano” com os adolescentes, geralmente os tratam pelo nome e tem uma relação de respeito e confiança maior entre ambos. Um exemplo deste último grupo pode mostrado na figura do Sr. Josué. Ele tem apenas cinco meses na instituição e tem uma relação mais amistosa com os adolescentes, talvez por sua formação e prática evangélicas. Segundo seu Josué, conversa bastante com os adolescentes, os aconselha e

acredita na possibilidade de reinserção social. Sua postura contrasta com o discurso de um instrutor educacional que faz parte do grupo que classifiquei de “linha dura”:

Isso aqui é uma prisão, não tem diferença não. Bandido pra mim não tem vez não. Isso aqui é um hotel cinco estrelas. Eles têm aqui seis refeições, café, lanche, almoço, lanche, jantar e ceia. Eles já saem daqui planejando o assalto que vão fazer pra voltar logo (registro extraído do diário de campo).

3.2 Relatos de um pesquisador em campo

Durante o período em que estive no Centro Educacional São Miguel observei de perto a dinâmica institucional. Nos momentos em que acompanhava as atividades dos instrutores pude observar alguns aspectos do cotidiano da instituição. Observei, por exemplo, o funcionamento rigoroso do controle de horário das atividades profissionalizantes, do banho de sol e das refeições. Para a Direção e instrutores educacionais o dia-dia dos internos deve necessariamente ser bastante ocupado, pois a ociosidade é um risco não só para os internos mais para a instituição como um todo. Como a instituição estava passando por reformas, a maioria das oficinas profissionalizantes não estavam funcionando. Pela manhã, os internos acordam às 06h 30m com a batida do “destranque” das celas pelos instrutores educacionais para o café, que tem horário controlado rigorosamente. Logo após o café da manhã, os internos são encaminhados às oficinas profissionalizantes que trabalham com vime e cipó e para a marcenaria. O horário de funcionamento destas oficinas é de 08h 30m às 10h. Aqueles adolescentes que não estão nas oficinas ficam em total ócio. Tive a oportunidade de encontrá-los diversas vezes no pátio da ala B, momento de risco para os instrutores educacionais, pois, segundo eles, a

qualquer momento alguém pode ser pego como refém. Um fato interessante que quero ressaltar é a questão de que nestes momentos pude observar a recorrência de formação de grupos, possivelmente divididos por algum tipo de afinidade. A Direção da instituição tenta ao máximo coibir a formação de grupos. Quando isso ocorre, e os líderes são descobertos, eles são imediatamente encaminhados para a cela de isolamento total. As relações de amizade são estabelecidas entre os internos de acordo com o tempo na instituição: os mais antigos têm um controle maior sobre os recém chegados. Alguns instrutores relataram que os internos com mais tempo na instituição muitas vezes se apossam de roupas, calçados, chegam até a “bater” nos novatos.

Ao meio dia é servido o almoço no refeitório. Todos têm acesso à comida, que não é controlada. De acordo com a direção, eles podem comer o quanto quiserem, só não podem desperdiçar os alimentos. Em seguida são levados aos dormitórios para o descanso, pois às 14:00h devem obrigatoriamente estar em sala de aula (o refeitório é usado como sala de aula) que funciona dentro da instituição, como ficou explicitado anteriormente. Segundo os instrutores, nesta ocasião a vigilância é redobrada, pois a possibilidade dos adolescentes tomarem as professoras como refém aumenta. Deste modo, as aulas são dadas sobre os olhares atentos de cinco ou seis instrutores educacionais que ficam de prontidão no refeitório.

Após os internos fazerem suas refeições, é chegada à hora dos funcionários fazerem as suas. Tive a oportunidade de almoçar várias vezes na instituição e ouvir as histórias dos instrutores, seus medos, suas angústias e até mesmo certo sentimento de exclusão por parte da direção e equipe técnica em relação a eles. De modo que percebi claramente o conflito existente entre instrutores educacionais, por um lado, e direção e equipe técnica, por outro.

É nesse contexto - onde procuramos interpretar o cotidiano do Centro Educacional São Miguel, suas relações de poder, enfocando a interação entre as estratégias e práticas de controle institucional e as operacionalizações táticas dos adolescentes para resistir a tal controle – que chegamos às conclusões a serem expostas no próximo capítulo.

Capítulo 4 – CONTROLE *versus* RESISTÊNCIA.

4.1 Controle total e comportamento esperado: isso é possível?

Quando um adolescente transgride as normas da vida social mais ampla, regras de convivência humana numa escala mais alta, cometendo um ato que, se fosse cometido por um adulto, seria delito ou contravenção penal, a resposta social a este ato se dará pelo sistema de administração da justiça juvenil.

Neste sentido, o agravamento de práticas de ato infracional por adolescentes tem ganhado dimensões assustadoras não somente no Ceará, mas em todo o país, assumindo proporções preocupantes, requerendo competências e habilidades mais específicas no trato da questão. Esta preocupação cresce na medida em que se observa a gravidade dos atos infracionais cometidos pela população jovem que ingressa nas instituições de ressocialização.

Primeiramente, procurei distinguir dois grupos fundamentais, os quais classifiquei de: *grupo de controle* representado pela instituição (com seu aparato normativo que será considerado como duas faces de uma mesma moeda, ou seja, a partir da forma como são elaboradas externamente por um conjunto de instituições que as pensam, mas, fundamentalmente, a partir da forma como elas são praticadas) e *grupo de resistência* representado pelos adolescentes (focalizando a forma como eles interagem no seu cotidiano com esse controle, como eles recriam, fabricam suas práticas na vida cotidiana para resistir a esse controle).

As minhas afirmações são fruto de uma observação do ser e do agir das pessoas da instituição: direção, equipe técnica (psicólogo e assistente social), dos adolescestes, mas,

sobretudo dos instrutores educacionais. Estes se constituíram desde o início como informantes privilegiados. Foi a partir deles que entrei em contato com as singularidades, trajetórias de vida, enfim das motivações que cada um dos personagens (adolescentes, instrutores, equipe técnica) tem para operacionalizar suas táticas, suas práticas, de tal forma que fui construindo respostas às minhas inquietações.

Procurei montar um mapa, cartografando os movimentos, gestos, enunciados, definindo os papéis ocupados por cada um na dinâmica interna do Centro Educacional São Miguel. Por ser uma instituição de privação de liberdade, é notório que a questão do controle é central no ordenamento institucional e na medida aplicada pelo juizado da infância e juventude. Desta forma, a política de controle institucional é constituída por dois fatores interligados: os *controles formais* – normas disciplinares, projetos de reinserção social - que são provenientes da produção de estratégias elaboradas por uma equipe de técnicos da SAS (Secretaria de Ação Social), responsável pela execução das medidas sócio-educativas preconizadas pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) no Ceará; e os *controles informais*, que, de acordo com Certeau são, “fabricados” nas interações cotidianas da instituição. Ficou bastante evidente, nas práticas cotidianas do Centro Educacional São Miguel, essa distinção entre o que é elaborado estrategicamente como normas regimentais pelas instituições externas (no caso a SAS) e a forma como elas são praticadas pelos agentes institucionais e adolescentes, por meios de “táticas”. Neste sentido, foi de fundamental importância compreender o que a instituição constrói como norma, regime disciplinar e o que, de fato, pratica na dinâmica institucional.

De fato, as instituições formais, ou seja, aquelas que são responsáveis pela a execução das medidas sócio-educativa (SAS) bem como as que estão a serviço da defesa e promoção dos direitos dos adolescentes (Conselhos Municipais, Conselhos Tutelares,

ONG,s), reagem aos problemas ocorridos dentro da instituição e procuram de algum modo intervir nesse processo. Neste sentido, é perceptível que as instituições de controles sociais formais suplementam as práticas cotidianas do São Miguel. Sem essa interferência, a ação direta dos mecanismos disciplinares produziria efeitos perversos. Isso fica claro quando algum tipo de instituição de defesa denuncia as práticas irregulares na instituição (como por exemplo, a superlotação ou maus tratos). A denúncia, via de regra, leva a mudança de táticas.

Conhecida historicamente por ser uma instituição rígida no controle dos seus internos, o São Miguel tem como marca principal, no relacionamento entre o *grupo de controle* e o *grupo resistência*, a fabricação de táticas que são próprias de quem está vivendo *metaforicamente* uma guerra. “Hoje está tranqüilo, mas a qualquer momento alguém pode ser pego como refém, e começar um tumulto, um motim, até mesmo uma tentativa de fuga”, afirma o instrutor educacional Pedro (Entrevista concedida pelo instrutor educacional em abril de 2006).

Como a figura do general super-homem descrita por Sun Tzu em *A arte da guerra* (2005), o *grupo de controle* do São Miguel, em especial a figura do diretor, faz uso de táticas, pois se encontra em uma posição de mando, de poder, cujas qualidades como o segredo, a dissimulação, a astúcia e a surpresa estão presentes em sua ação. Assim como deve ser o bom general de Sun Tzu, o diretor do São Miguel procura evitar alguns “defeitos” básicos com a precipitação, a hesitação, e a excessiva complacência. É uma questão de cálculo. Eis a arte da guerra. Qualquer tentativa por parte do *grupo de resistência* de burlar o controle, a direção e sua equipe estão alerta, de modo silencioso, mas bastante ágil; nada pode fugir do controle.

Tendo por base minha observação em campo, pude perceber que na relação entre o *grupo de controle e grupo de resistência* (um para manter a ordem instituída, ou outro para resistir), há por parte do primeiro, e não somente por parte do segundo, a fabricação ou readaptação de táticas sutis, astúcias, segredos, dissimulações, para obter tal ordem e evitar o confronto direto - entendido aqui como o uso da força física - da força legítima, usada em nome da lei, da ordem. Essa parcimônia no uso da violência física pode ser compreendida a partir do *vínculo* que a direção da instituição estabelece com alguns dos adolescentes - os quais são vistos pelo grupo de resistência como os delatores ou “olheiros”.

Segundo o diretor da instituição, Sr. Jorge, criar vínculo com determinados adolescentes – sobretudo aqueles que estão sofrendo ameaça de morte por parte de grupos rivais – é fazer uso de uma tática fundamental para obter informações sobre as diversas maneiras de organização do *grupo de resistência* para burlar as normas, planejar rebeliões, tentativas de fugas etc., como fica evidente em sua fala:

Quantas e quantas rebeliões tiveram para acontecer, mas por conta desse vínculo que nós temos com esse menino a gente começa a combater. Eles mesmos entregam. Às vezes, esses meninos, eles não dizem aqui, mas repassam pra família deles, aí a família chega e conta pra gente. É muito importante a relação com a família deles. Já teve aqui meninos perigosos que contavam pra gente, eles até brincavam “eita dr. muro”. Quando eles diziam “eita dr.muro” eu já sabia o que era, era alguém que ia tentar pular o muro. Rapaz o Dr. Murilo vai ter audiência hoje. Eles passam andando e dizem o tempo tá embaçado, não vai rolar enxame não. Tem que entender o vocabulário deles, ouvir, por que se a pessoa não tiver experiência ele diz e não se liga e passa despercebido (Entrevista concedida pelo diretor em outubro de 2005).

E assim, por meio do vínculo que a direção estabelece com determinados adolescentes, em conjunto com sua equipe de instrutores educacionais, vai-se decodificando a linguagem da resistência dos adolescentes e, aos poucos, em segredo,

desarticula os articuladores, desvendando suas táticas, astúcias recriadas para fugir ao controle e evitando o confronto direto. Para enfrentá-los de maneira eficaz, toma a dianteira dos acontecimentos para que a desordem não impere e se restabeleça a ordem.

Com a tenacidade das formigas, a direção corta o mal pela raiz e em segredo ataca as táticas dos adolescentes, diminui-lhes ao máximo suas forças e procura resolver as dificuldades antes que elas apareçam, evitando, assim, o que pode redundar num conflito generalizado. Nesse momento, o vínculo criado com alguns dos adolescentes para desvendar as táticas do grupo de resistência, é fundamental. Essa ação da direção é fundamentada na argumentação, no poder de convencimento do diretor, mas que tem como pano de fundo, outra tática - a troca de favores –, ou seja, uma relação entre informações sigilosas e benefícios posteriores, embora não fique explícito na fala do Diretor:

Não é obrigado, nós temos profissionais aqui pra descobrir as coisas da casa, ninguém quer que você seja, no linguajar deles um “cabueta” mais se você quiser ajudar estamos aqui aberto. Isso não quer dizer que a gente vá botar ele na rua não, ele não vai embora não, porque ele tá nos ajudando ele vai embora não – “não, eu vou ajudar porque no relatório eles vão ajeitar pra eu ir embora” - de maneira alguma. Tem menino que ajuda a gente aqui ta com quase dois anos aqui dentro (Entrevista concedida pelo diretor em outubro de 2005).

Nesta ordem, percebe-se que quanto mais se estreitam os vínculos entre a direção e os adolescentes delatores, ou, na linguagem dos adolescentes, “o cabueta”, mais se fortalece o poder da direção para desarticular as táticas de resistências. Para isso o diretor, além de utilizar a promessa de segredo ao estabelecer o vínculo com os adolescentes, usa também do poder de persuasão como se percebe claramente em sua fala. Analisando o discurso do diretor, podemos perceber implicitamente a relação entre a delação e os privilégios obtidos,

embora o mesmo afirme o contrário. Privilégios esses que vão desde o acesso maior ao material de higiene pessoal (prestobarba, sandálias, creme dental etc.) até a proteção em caso de ameaça de morte dentro da própria instituição.

Atenta a tudo, a direção, a partir de suas táticas, vai distinguindo as verdadeiras vantagens das falsas; as perdas reais das aparentes; e tirando partido de tudo. A arte da compensação entra em cena em forma de privilégios para os adolescentes delatores ou olheiros. Neste jogo é preciso saber empregar corretamente certos artifícios para enganar o inimigo e se manter sempre alerta para não ser enganado. Pois, assim como a direção e sua equipe fazem uso desse tipo de expediente (benefícios em troca de informações), o *grupo de resistência* constantemente planeja, calcula suas táticas, operacionaliza suas práticas. Como a própria direção da instituição afirma, “eles observavam a gente vinte e quatro horas, observam todos os nossos passos, quem entra quem sai”. Isto é, antes de serem dóceis e submissos, são inventivos. Nesse sentido, a resistência faz parte de um processo que se constitui na operacionalização de ações táticas, abrindo espaço para a reinvenção de novas maneiras de agir no cotidiano institucional; o que nos remete às reflexões de Certeau ao apontar para a possibilidade de *antidisciplina* nas práticas culturais.

Nesta perspectiva, as informações dos delatores são de fato preciosas para a manutenção da ordem estabelecida não somente na prevenção de possíveis rebeliões, motins ou tentativas de fugas, mas também em relação à entrada de drogas dentro da instituição. Vejamos na fala do vice-diretor, Sr. Francisco, o relato de uma situação na qual, pelo uso de códigos, um adolescente o informa da possibilidade de entrada de drogas na instituição.

“Olha seu Francisco, tá rolando droga, tá entrando isso assim... assim.”,
Às vezes eu nem dou ouvido, que é pra proteger o menino. Eu saio de perto porque os demais vê que o menino tá muito tempo perto de mim aí

eu saio. E tempos depois, eu mando chama-lo, dizendo que é telefone pra ele. Ele vem na sala, eu fecho a porta e, aqui, a gente vai conversar. Aí ele vai dizer como é que tá a história bem direitinho: A questão da chinela, como é que eles põem a serra na chinela¹⁷ etc. (Entrevista concedida pelo vice-diretor Sr. Francisco em outubro de 2005).

Com a promessa de proteção e, sobretudo, de segredo em relação à identidade dos informantes, é estabelecido o vínculo entre eles. A arte da dissimulação entra em cena por parte do vice-diretor para proteger seus informantes, pois, assim como a figura do líder é preservada em segredo, na mesma proporção a do delator deve ser mantida pela direção. Desta maneira, o grupo de controle vai decifrando os movimentos táticos do grupo de resistência, mantendo espiões ao longo do caminho, em todos os espaços ocupados pelos adolescentes. Nada pode ser negligenciado.

Como ressalta Certeau, na arte da operacionalização das táticas, é também pela disposição das circunstâncias que a direção, mesmo detendo um lugar como próprio, começa a agir; põe em prática também suas táticas, sua habilidade, sua sagacidade, procurando manter uma ordem impecável, inclusive no meio da desordem, pois o conflito deve ser compreendido como um elemento constitutivo da dinâmica institucional.

Entretanto, embora a direção faça uso de táticas para desvendar as astúcias dos adolescentes, antecipando-se, e evitando um possível confronto direto, os adolescentes, por seu turno, procuram encontrar momentos oportunos para por em práticas suas táticas. Nesse sentido, o diretor aponta alguns momentos nos quais a possibilidade de tal confronto é mais

¹⁷ Segundo o vice-diretor esta é uma prática dos adolescentes para burlar as normas da instituição que proíbe a entrada de qualquer tipo de armas na instituição e/ou à fabricação delas. Neste caso, colocar uma serra entre o chinelo pode ser entendido como uma tática dos adolescentes para burlar o controle e em seguida fabricar armas artesanais. Geralmente ocorre da seguinte maneira: algum parente (mãe, irmão ou namoradas) do adolescente na ocasião da visita, traz o chinelo com a serra escondida, de acordo com as circunstâncias há a troca do chinelo que o adolescente calçava pelo que familiar trouxe.

imediate. Situações propícias para tentativas de rebelião, de motins, são ocasiões nas quais a possibilidade de um confronto direto é maior. Além dos períodos de festas, outro fator que é visto como estúpido para tentativa de rebeliões ou fugas é a insatisfação dos adolescentes com a decisão judicial sobre a situação deles. A cada seis meses há uma audiência com o Juizado da Infância e Juventude na qual o parecer final é baseado em um relatório enviado pela instituição sobre os avanços e retrocessos dos adolescentes. Aliado a isto, o risco de rebelião aumenta pela forte presença de gangues rivais fora e dentro da instituição. Para evitar esse choque de forças entre as gangues e um conflito generalizado, procura-se identificar os líderes e separá-los dos demais. Vejamos o que diz o vice-diretor a esse respeito:

Outra coisa também que hoje em dia tá muito comum nessas unidades, e causa uma série de problemas grandes, é a questão de gangues dos bairros; é a questão da liderança dessas gangues. A própria televisão contribui muito pra isso, atrapalha muito. Eles vêm falar nesses líderes, no poder das lideranças nas prisões. Você veja o seguinte, o caso do Fernandinho Beira-Mar. Por quantos presídios ele já passou? Por que quando ele tá começando a liderar 100%, o pessoal retira e coloca em outro local. Aquilo pros meninos, eles escutam acham bonito, tem como um ídolo, um exemplo a seguir... e a televisão mostrando direto. Geralmente sai um que tá liderando, vem você que vai querer disputar. Aí, nessa disputa pra ver quem lidera, gera muita confusão (Entrevista concedida pelo vice-diretor em outubro de 2005).

A não tomada da dianteira dos acontecimentos, evitando uma rebelião, pode favorecer o confronto direto, ocasião em que a Polícia Militar entra em ação. Desse modo, desarticular os articuladores é fundamental. O que fica claro é que os níveis de conflito entre os dois grupos vão variar de acordo com o contexto, com a ocasião. Se o líder é o grande estrategista do *grupo de resistência*, desarticulá-lo é uma ação vital para manter a

ordem instituída e, sobretudo, evitar um confronto maior entre os adolescentes e a força da Polícia Militar. A tática utilizada pela direção para essa desarticulação fica evidente na fala do diretor:

Esse trabalho a gente tem que fazer trocando os adolescentes dos dormitórios, afastando o líder dos mais frágeis – os laranjas –, procurando deixar o líder isolado num só dormitório com os que a gente desconfia que são possíveis articuladores também. Pra evitar esse problema, porque às vezes na questão de saber quem vai liderar dá problema (atrito, confusões, rebeliões) e principalmente pelo poder que o líder tem sobre os meninos novos, recém chegados na instituição (Entrevista concedida pelo diretor em outubro de 2005).

E assim, observando as circunstâncias, conforme Certeau (2002), que aponta o cotidiano como sendo fabricado na interação, a direção vai “fabricando”, construindo práticas a cada dia, a cada ocasião. Dessa forma, cada circunstância requer uma aplicação particular de tática, que muitas vezes não tem por base os princípios normativos – o controle formal - elaborado estrategicamente pelos grupos externos, por exemplo, a SAS (Secretaria de Ação Social). São práticas elaboradas no dia-dia, de acordo com a situação, com o contexto. Essas práticas ordinárias, sejam da direção, sejam dos adolescentes, são pensadas e praticadas em função do tempo e do lugar.

Com espões por todos os espaços e informando-se de tudo sem poder negligenciar nada, a direção vai aparando as arestas das insurgências e buscando um *ideal* de controle total, ou seja, de uma *disciplina rígida* que procura “adestrar” os internos na tentativa de obter o comportamento esperado, isto é, um comportamento de submissão, de docilidade e utilidade. Como diria Foucault:

A escala em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa *grosso modo*, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; exercer sobre ele uma coerção sem força,

de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimento, gestos, atitudes, rapidez: poder infinitesimal sobre corpo ativo. Esses métodos, que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças, lhes impõem uma relação de docilidade e de utilidade, é o que podemos chamar de disciplina (Foucault, 1999, p. 118).

Todavia, a partir da dinâmica observada no São Miguel, e corroborada pelas informações da direção e instrutores educacionais, podemos constatar que o poder absoluto do controle disciplinar de que fala Foucault não tem uma aplicabilidade efetiva nas práticas de controle “fabricadas” no Centro Educacional São Miguel. Podemos compreendê-lo como um poder que, para funcionar em última instância como controle das ações dos internos, é efetivado por uma série de negociações (acordos silenciosos) entre o de *grupo de controle e grupo de resistência*. Um exemplo claro de como a expressão do poder de controle no São Miguel não é absolutizado pode ser dado justamente na figura do líder que tem poder de articulação e, por sua vez, de organização em conjunto com os outros adolescentes, contrapondo-se ao poder instituído. Não estou querendo afirmar que não haja controle, que não haja poder institucional; se assim o fizesse estaria negando a força e o aparato legal e legítimo que a instituição detém. O que quero explicitar, e isso a partir da minha experiência dentro da instituição, é que, como afirma Certeau, há também movimentos de resistência, correntes de forças contrárias, práticas de resistências que são “fabricadas” readaptadas e que muitas vezes funcionam silenciosamente e, outras vezes, abertamente, contrapondo-se à possibilidade de controle total. Essa questão será abordada com mais acuidade no tópico seguinte, no qual tratarei das táticas fabricadas pelos adolescentes para resistir ao controle.

Um exemplo ilustrativo da inexistência de um poder total, absoluto na instituição, pode ser encontrado na fala do diretor, quando relata as dificuldades de controlá-los em relação às drogas:

Outra coisa também que fica mais difícil de controlar eles é quando tão usando droga. Eles não conhecem ninguém, não atende a ninguém, ficam mais violentos, fica diferente o comportamento, muda totalmente o comportamento. Eles não têm noção do risco que estão correndo então fica mais difícil controlar (Entrevista concedida pelo diretor em outubro de 2005).

Quando o próprio diretor afirma que fica difícil controlar os adolescentes quando são pegos fazendo uso de droga, ou sobre o efeito dela, corrobora a ineficácia do controle duplamente. Em primeiro lugar, na sua fala fica evidente a perda do controle nessas situações. Em segundo, fica clara a presença de drogas na instituição. Ou seja, os internos conseguem de algum modo burlar as regras, o controle institucional.

Outro exemplo que mostra a distância do poder disciplinar (que vislumbra uma relação entre docilidade e utilidade) descrito por Foucault, e a realidade encontrada no São Miguel, é justamente a ineficácia na junção do “olhar hierárquico”, a “sanção normalizadora” e o “exame”. A vigilância hierárquica de fato é elemento do poder disciplinar bastante presente na instituição e os adolescentes sentem-se permanentemente vigiados, embora não totalmente. É uma sanção normalizadora, que implica uma forma de evitar comportamentos desviantes. Funciona, em parte, já que os adolescentes são astutos, intrépidos e muitas vezes enfrentam os instrutores, inclusive como forma de averiguar, ou como eles falam, “testar” a coragem, a valentia dos instrutores. De modo que levá-los à “tranca” (local de castigo disciplinar) não implica em garantir comportamentos dóceis por

parte dos adolescentes. Por fim, o “*exame*” que, segundo Foucault, indica uma técnica de controle que registra em um arquivo todas as ações dos internos, todos os seus passos dentro do campo institucional. Esse “arquivamento” sobre a vida do interno, sobre sua personalidade, permite qualificá-lo, classificá-lo, puni-lo, para melhor adestrá-lo. Entretanto, para que estes elementos constitutivos da tecnologia disciplinar efetivamente funcionem a contento, faz-se necessário um diálogo permanente entre todas as instâncias da instituição: os instrutores educacionais, que podem ser entendidos aqui como o “olhar hierárquico”, que pune e que observa de perto as ações dos internos, e o serviço técnico, que tudo registra.

A experiência encontrada no cotidiano do São Miguel mostra que há um conflito entre a equipe técnica (psicólogos, pedagogos e assistentes sociais) e a equipe de instrutores educacionais. De um modo geral, cada um destes personagens procura se apropriar das estratégias de controle institucional de acordo com as circunstâncias. Cada um constrói as suas formas de materializar o que foi pensado estrategicamente, evidenciando uma distância entre o discurso normativo e a realidade prática. São linguagens diferentes que não encontram em suas práticas um consenso, uma sintonia. Parte da equipe de controle – instrutores educacionais – percebe os adolescentes como marginais, enquanto a equipe técnica – psicóloga, pedagogos e assistentes sociais – já os vêem de uma maneira mais humanizada, buscando compreender as razões que motivaram os adolescentes a praticarem os atos infracionais. As práticas cotidianas revelam que os discursos são transformados de acordo com os contextos e as conjunturas de diferentes culturas e de acordo com as diferentes formas de organização. As relações cotidianas seguem uma sucessão de causas e efeitos que envolvem emoção, negociação etc. (Ferreira, 2003, p. 217).

Desse modo, as diferentes formas de olhar a realidade dos internos e, fundamentalmente, a falta de diálogo entre as equipes centrais - equipes que realizam o trabalho de ponta, o trabalho de controle -, inviabiliza os princípios da tecnologia disciplinar descrita por Foucault na medida em que não existe um diálogo permanente entre elas.

Nesse sentido, o que pude constatar é que, para manter o mínimo de ordem, a direção desconfia de tudo e, para estar informada do que ocorre nos corredores e dormitórios (espaços dos adolescentes), age como um “serviço secreto”. Embora pareça fazer tudo a descoberto, mantém de fato espiões em toda parte. E, como os adolescentes, em vez de falar abertamente, empregam sinais, códigos, gírias como táticas, a direção com sua equipe têm que aprender a decifrá-los para não se deixar enganar. Isso fica claro na fala do vice-diretor: “a gente tem que conhecer a linguagem deles e muitas vezes fazer uso dela também”. São táticas da direção na busca de manter a ordem e o controle. Em última instância, fazem uso da força, da violência física, ou seja, quando não é possível controlá-los, fazendo uso do poder da fala, do diálogo, entra em cena o uso da força física, a apropriação de uma estratégia legítima do poder constituído. Um dos indicadores disso pode ser ilustrado pelo uso da “tranca”, ou contenção (dormitório pequeno, sem colchão, local de castigo disciplinar), utilizada com recorrência pelos instrutores, como fica evidente em fala do instrutor Carlos:

O caso de levar pra contenção, é somente quando eles desrespeitam, não querem fazer a faxina, não querem ir pras atividades (sala de aula, oficinas) e principalmente quando desrespeitam as professoras, nós instrutores, qualquer pessoa. Às vezes, até nós instrutores mesmos eles desrespeitam sem nenhum motivo. Aí é norma da casa, pra conter, tem que descer pra contenção; senão a gente perde a moral, o controle

(Entrevista concedida pelo instrutor educacional Carlos em maio de 2006).

Segundo o diretor da instituição, um dos fatores que contribui também para o descontrole ou para que haja tanta incidência de rebeliões, fugas e tentativas de motins é a superlotação. Muito destes adolescentes são oriundos de cidades do interior do Ceará:

O juiz do interior atrapalha. Acontece um pequeno furto e acha que tem que encaminhar logo pra instituição. Mas, às vezes tem situação que dá pra ficar por lá, por que se não eles vêm fazer o mestrado em unidades como a nossa; vêm se aperfeiçoar. De repente...enquanto esse adolescente tinha um vício de cheirar uma cola, fazer um pequeno furto, quando chega numa unidade iguais a nossa ele vai querer ser o danadão; quer aparecer; ele vai achar muito bonito o outro compassa cometer um homicídio, um latrocínio, e vai querer entrar nessa história. Então vai dá é prejuízo pra cidade dele, quando ele voltar. Então a gente tenta não misturar eles. Tenta dividir eles por dormitório, por ato infracional, compleição física etc. Mais é o que eu tô dizendo: se tem um dormitório que cabe cinco, eu tô botando dez, fica difícil fazer o controle. (Entrevista concedida pelo diretor em outubro de 2005).

Em outros termos, o discurso do diretor revela como é difícil manter o controle diante da realidade apresentada no cotidiano do São Miguel. Além das dificuldades encontradas a partir da “antidisciplina” dos adolescentes, que na perspectiva de Certeau (2002) são inventivos, criativos e reagem à ordem instituída de forma silenciosa, a direção se depara ainda com problemas de ordem estrutural da instituição.

Por fim, podemos inferir que as práticas cotidianas da direção da instituição, para manter o controle, são “fabricadas” a partir da readaptação de um discurso estrategicamente elaborado pelas instituições (SAS) que detém uma posição de mando, um local próprio de

poder e de saber. Entretanto, a operacionalização dessas estratégias, como mostramos acima, são maneiras de fazer, de dizer – são, conforme Certeau, do tipo tático - que vão variar de acordo com as circunstâncias e as trajetórias de vida de cada um dos atores sociais envolvidos.

4.2 Táticas de recrudescimento do controle: o confronto direto.

Anteriormente, apresentamos alguns indicadores (o vínculo entre direção e determinados adolescentes; o olhar atento aos sinais, gírias dos delatores; a troca informação por um maior acesso a materiais de higiene pessoal; a troca de dormitórios; o isolamento dos líderes; a contenção, entre outros) que representam as formas como a instituição se organiza para manter o controle, estabelecer a ordem a partir de duas possibilidades: de um lado, o *controle formal* (regimento oficial estrategicamente elaborado) e, de outro, o *informal* (“fabricado” no cotidiano). Enfoquei, sobretudo, esta última possibilidade, já que, via de regra, e tendo por base o discurso do diretor da instituição e dos instrutores educacionais, o uso da violência física somente ocorre em casos extremos. É exatamente disso que trataremos neste momento: o uso força, da violência para restabelecer a ordem.

Partindo do pressuposto de que o *grupo de resistência* é inventivo, é criativo e reage ao que Foucault denominou como um controle total, a possibilidade do confronto direto é iminente. Conseqüentemente, o recrudescimento do controle ocorrerá. Compreendemos que o conflito (ou as relações de forças no espaço institucional) deve ser visto como um elemento constitutivo de sua dinâmica e, nesse caso, a fala do vice-diretor da instituição é

bastante elucidativa ao demonstrar situações do cotidiano no qual a direção e instrutores educacionais entram em confronto:

Qualquer coisa dentro da unidade eles querem testar. Como? Eles testam o funcionário que tá trabalhando com eles. Então, é o seguinte: o adolescente tá dentro da unidade e não vai seguir as normas; vai pra contenção. E, às vezes, até numa conversa pode ser resolvida; mas, se desrespeitar, vai pra contenção. Mas é porque, às vezes, é o seguinte: de tanto eles estarem nessa vida privada de liberdade, eles procuram se trancar mais; às vezes eles procuram ir pra contenção. É a questão de desafiar. Uma coisa que é pra fazer e eles não fazem pra ir pra contenção (Entrevista concedida pelo vice-diretor em outubro de 2005).

Em outros termos, a ameaça de contenção ou a efetivação dela demonstra uma tática forte para a manutenção da ordem. E, nesse sentido, a contenção pode ser compreendida como um espaço onde se efetiva uma das formas de recrudescimento do controle sem o uso da força policial. Esse confinamento total na “contenção”, ao qual os adolescentes insurgentes estão subordinados, é um mecanismo de opressão, uma forte arma nas relações de poder institucional. Na medida em que os adolescentes violam as regras de convivência - seja faltar às atividades, seja desrespeitar os instrutores educacionais ou qualquer outro profissional da instituição - são levados de imediato à contenção ou “tranca”. Assim, a tarefa principal dos instrutores educacionais não é tanto a de dirigir, controlar ou supervisionar o trabalho, como numa empresa, mas de *vigiar e punir* toda a violação às regras, todo comportamento desviante.

Nos momentos em que estive no campo, tive a oportunidade, de conhecer de perto a tão falada “tranca”. Em verdade, são dormitórios como os outros, embora sejam consideravelmente menores, com aproximadamente quatro metros quadrados. Tem apenas

uma cama de alvenaria sem colchão, sem lençóis¹⁸ para os adolescentes dormirem, suas condições são precárias.

A contenção de fato é usada como um instrumento forte de coerção, de controle, pois ir para “tranca” é sinônimo de castigo disciplinar; enfim, pode ser compreendida como a primeira e a mais importante forma de recrudescimento do controle. A qualquer tentativa de insubordinação por parte dos adolescentes, a ameaça da contenção vem imediatamente. E nas palavras do diretor: “se a gente não cortar as asas, cresce mesmo; se você não cortar as asas, ele vai voar”. Metaforicamente, cortar as asas é impedir reações que fujam do controle, para que os adolescentes não voem. A direção corta suas asas e assim ficam enjaulados na “tranca”, sem colchão, sem material de higiene, enfim, isolados, confinados. É a representação do poder absoluto: a “tranca”, o castigo disciplinar em ação. Segundo o diretor da instituição, após a saída desse local, ele sempre conversa com os adolescentes e percebe uma mudança de comportamento: “eles ficam mais calados, mais obedientes, e muitas vezes reconhecem que erraram”.

Conforme afirma Foucault (1999, p. 200),

A solidão deve ser um instrumento positivo de reforma. Pela reflexão que suscita, e pelo remorso que não pode deixar de chegar. Jogado na solidão o condenado reflete. A solidão realiza uma espécie de auto-regulação da pena, quanto mais o condenado é capaz de refletir, mais ele foi culpado de cometer seu crime. O isolamento dos condenados garante que se possa exercer sobre eles, com o máximo de intensidade, um poder que não será abalado por nenhuma outra influência; a solidão é a condição primeira da submissão total.

¹⁸ Segundo a direção da instituição a ausência de lençóis é justificada pela direção da instituição pelo fato de já ter ocorrido tentativas de suicídio por parte de alguns adolescentes. Do mesmo modo os colchões também são proibidos. A instituição alega que a possibilidade dos adolescentes atearem fogo nos colchões também é bastante recorrente.

Entretanto, esse comportamento “submisso” de que fala o diretor da instituição, e reiterado pelas análises de Michel Foucault sobre as prisões, não implica em docilidade e utilidade. A realidade encontrada no São Miguel revela que o uso da “tranca” como tática de controle é bastante recorrente de modo que, se, de fato, os efeitos desse processo de confinamento fossem eficazes no sentido de um comportamento ordeiro, não seria tão freqüente o seu uso.

Entendemos que esse recrudescimento do controle pelo uso da “tranca” ocorre corriqueiramente no contato direto com os adolescentes, nas atividades rotineiras da instituição, sobretudo na relação entre instrutores educacionais e adolescentes, quando são desafiados, desrespeitados; quando não se cumpre as normas institucionais, como pude observar na ocasião em que estive em campo. E, assim, o vínculo com determinados adolescentes, como tática de controle, sai de cena, já que é mais usado para desvendar e desestruturar possíveis táticas de rebeliões, de fugas. Não é preciso vínculo para punir, para castigar. A “tranca” como tática do controle é mais útil, é a expressão do poder legítimo em ação em forma de recrudescimento do controle.

Conforme as diretrizes gerais para o atendimento sócio-educativo dos adolescentes infratores no Estado do Ceará, aprovada em 20 de novembro de 2002 pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), no capítulo VII, artigo 70, referente ao regime disciplinar, no que se refere à questão da segurança externa das unidades de execução das medidas privativas de liberdade, em caso de rebelião, aponta as medidas a serem tomadas:

Em casos de rebelião ou previamente como apoio a medidas de prevenção e repressão em casos de tumultos, rebeliões ou fugas em massa, poderá a direção da Unidade de Execução determinar que se procedam a ações de segurança pública no interior das Unidades. Essa

decisão deverá ser comunicada de imediato à coordenação da Coordenadoria de Proteção Social e Medidas Sócioeducativas da Secretaria de Ação Social – SAS, que homologará e acompanhará a execução dessas medidas de segurança pública (2002, p. 81).

Então, o uso da “tranca” pode ser compreendido também como uma estratégia elaborada pelas instituições que pensam o cotidiano institucional. Entretanto, são os instrutores educacionais que operacionalizam estas estratégias em forma de táticas nas práticas cotidianas e, em nome da segurança pública, fazem uso da força legítima. Ocasião onde o poder do diálogo (negociações em troca de privilégios) perde seu valor e, por seu turno, as táticas fabricadas no campo institucional para organizar e garantir a ordem; por isso o confronto direto é inevitável. Não obstante, analisando a fala do diretor, percebo a arbitrariedade dos policiais no momento do confronto direto:

A polícia, quando entra, não tem um vínculo; então, quando tem rebelião, a gente tem que separar porque tem menino que não tá no meio e entra na história pra depois ser protegido pelo líder. Então a gente sabe quem é quem, a gente sabe os cabeças “tudim”. A gente sabe os que vão só pra fazer bagunça e na hora cai fora. (Entrevista concedida pelo vice-diretor em outubro de 2005).

Notadamente, a questão do vínculo entre direção e adolescentes é fundamental nos momentos onde a força policial entra em cena. É nessa ocasião em que a promessa de proteção é utilizada, já que policiais, por não ter vínculo algum com os adolescentes, usam da repressão e arbitrariedade. Mesmo aqueles que não participaram efetivamente da rebelião são penalizados, são castigados. Cabe ao diretor separar o “joio” do “trigo”. Em outras palavras, a ação policial é um elemento central na busca de um controle total sobre os adolescentes e somente neste momento poderíamos afirmar que o controle institucional é absoluto. É arbitrário pelo fato dos policiais compreenderem a segurança, perceberem a

intervenção apenas na ótica da repressão. Geralmente as rebeliões ocorrem em resistência à política institucional, seja como táticas para denunciar as condições desumanas da instituição, que degradam cotidianamente a dignidade dos adolescentes, seja na tentativa de fuga, como já foi explicitado anteriormente. E, muitas vezes, ocorre até mesmo como forma de enfretamento do poder da direção: uma forma de mostrarem que estão vivos; uma maneira de serem percebidos dentro e fora da instituição.

De acordo com Foucault, (1999, p. 222)

O sentimento de injustiça que um prisioneiro experimenta é umas das causas que mais podem tornar indomável seu caráter. Quando se vê assim exposto a sofrimentos que a lei não ordenou nem mesmo previu, ele entra num estado habitual de cólera contra tudo que o cerca; só vê carrascos em todos os agentes da autoridade; não pensa mais ter sido culpado; acusa a própria justiça.

Quando há um acentuado declínio no poder de convencimento, no poder do diálogo, a crise de controle avoluma-se e o confronto direto é inevitável. A instituição passa a fazer uso de um mecanismo de controle especial: a "política do uso da força policial". Trata-se de um regime disciplinar especial de segurança e que está sempre na retaguarda. É o uso da força policial aplicada aos adolescentes, aos líderes, quando descobertos, e a integrantes do grupo que venham a transgredir, de forma grave, as regras previstas no regulamento oficial.

Entretanto, o uso da força policial como instrumento de intervenção ocorre, freqüentemente, de forma não profissional, desqualificada e inseqüente; não poucas vezes à margem da legalidade, indo de encontro às garantias e efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos. O campo da garantia de direitos exige uma ação mais preventiva e não uma ação violenta. O resultado disso é a crescente perda de legitimidade

da ação institucional e do sistema de aplicação das medidas sócioeducativas, que se revela incapaz de devolver a sociedade adolescentes conscientes de seu papel social, de sua condição de cidadãos, de sujeitos de direito e, sobretudo, de dever como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

4.3 O Discurso da Instituição sobre as táticas dos adolescentes.

Para compreender as práticas de *resistência* “fabricadas” pelos adolescentes no cotidiano do São Miguel para burlar os mecanismos de controle, no sentido de que Certeau (2002) denominou de *antidisciplina*, foi necessário conhecer suas táticas. Os adolescentes não se comportaram como um livro aberto, partilhando suas experiências de como resistir ao poder instituído. Em primeiro lugar porque me viam como parte do *grupo de controle*, já que havia entrado no espaço deles via instituição. Em segundo, eles não abririam mão de suas táticas para alguém em que eles não confiassem. Tive que recorrer às observações valiosas dos instrutores educacionais sobre as ações dos adolescentes, suas manifestações de resistência.

A minha compreensão é que a forma como os adolescentes interagem com as normas institucionais e se organizam para recriá-las constituem um tipo de resposta às punições e castigos impostos pela instituição. Trata-se de uma contra-ordem, um contra-poder que, guardada as proporções, é tão ativo e tão poderoso quanto o poder da direção da instituição. Discorrendo sobre a reação dos adolescentes quando se sentem injustiçados, um dos instrutores educacionais assim se pronunciou:

Eles aproveitam os períodos de insatisfação às vezes com resposta do relatório do juizado, com as normas da instituição, às vezes quando se sente injustiçado com a atitude de algum instrutor, isso faz com que o líder comece a usar aqueles meninos mais bobos na internação, que eles chamam *laranja*, para começar um tumulto, as vezes até desrespeitam alguém pra começar uma confusão. Geralmente eles usam essa situação. (anotações registradas em meu diário de campo - junho de 2005).

A contra-ordem, de que falo, está impressa na figura do líder: em forma de ações que vão de algum modo se contrapor ao poder instituído. Com suas habilidades de articulador astuto, esse personagem tem destaque privilegiado dentro desse campo de forças. De forma sutil, quase que imperceptível, os recursos utilizados pela figura do líder revestem-se de nuances, movimentos aleatórios, sem tempo e nem espaço para aparecer ou desaparecer, mas que tem forte poder de persuasão sobre os demais adolescentes, sobretudo aqueles que estão precisando de sua proteção: “A prisão torna possível, ou melhor, favorece a organização de um meio de delinquentes, solidários entre si, *hierarquizados*, prontos para todas as cumplicidades futuras” (Foucault, 1999:198).

É necessário colocar que essa contra-ordem, esse “poder paralelo” representado na figura do líder, geralmente é desarticulado pela direção e pelos os instrutores como já foi mostrado anteriormente. O poder de organização do líder varia de acordo como o tipo de interação que os representantes do poder instituído (direção da instituição) têm com os adolescentes delatores. Apesar de parecer um paradoxo, dependendo do tipo de relação que os dirigentes da instituição tenham com o *delator*, ou até com o próprio líder, essa força oposta pode funcionar de forma a contribuir para a manutenção da ordem como afirma o diretor:

Já teve aqui meninos perigosos que contava pra gente. Eles passam andando e dizem o tempo tá embaçado, não vai rolar enxame não. Tem que entender o vocabulário deles, ouvir, por que se a pessoa não tiver experiência ele diz e não se ligar passa despercebido, aí ele chega aqui e

fala com gente – rapaz o clima tá tenso aí... tem gente com ferro aí...
(Entrevista concedida pelo vice-diretor em outubro de 2005).

Em outros termos, a dinâmica do São Miguel é constituída também de uma desordem que muitas vezes pode contribuir para a ordem. Esse paradoxo faz parte da constituição do jogo de poder que está impresso nas instituições prisionais. Entretanto, percebemos que as principais lideranças dentro dessas unidades de internação para adolescentes infratores alteram de algum modo a ordem estabelecida. Seu poder de intervenção ocorre nos momentos mais oportunos, são eventos inesperados, como, por exemplo: tentativas de fuga, tomar alguém como refém, começar algum tipo de conflito entre os próprios adolescentes, objetivando dispersar os olhares dos instrutores entre outros. Embora planejados secretamente em função do tempo e do espaço, são táticas de insurgências, maneiras de desafiar a ordem.

Segundo diretor, essa desordem sócio-político pode ser diagnosticada com mais clareza nos momentos de confronto. Para isso, o líder planeja, mas não executa; nunca toma a linha de frente, seu poder não pode ser percebido fora do grupo. Para ser líder é necessário, antes, existir um grupo. Seu poder não corresponde a uma habilidade humana apenas no âmbito intelectual; está no agir em grupo, embora nunca fique claro quem realmente é. A fala do diretor da instituição é elucidativa neste sentido:

O próprio líder, que vai usar a turma, ele vai se saindo um pouquinho, depois ele entra, mas de início ele vai botar o *testa de ferro*. Tem uns que estão no meio da confusão pra se manter seguro entre eles [troca de favores, proteção do líder]. Ele não vai puxar o bonde não; sabe quem puxa o bonde? São os *laranjas*, são os meninos mais frágeis, entendeu? Tem menino que tá dentro porque tem uma liderança maior do bairro tal, aí ele fica com medo e puxa o bonde pra esses meninos proteger ele. Mal sabe que na hora esse próprio menino vai ser pego como refém, vai ser

lesionado, até resolver a situação (Entrevista concedida pelo diretor em outubro de 2005).

Os movimentos do líder demonstram a intenção de “politizar” seus comandados, inseri-los no campo de batalha, transformando o caráter de suas ações e a natureza de sua identidade numa linguagem de força, de poder. Sua influência diante dos demais adolescentes é tamanha que contribui de fato para mudanças no comportamento e na cultura dos adolescentes internos.

Nesse aspecto, esses modos de proceder, essas astúcias, compõem, no limite, a rede do que Certeau chama de *antidisciplina*.

Eles testam mesmo, eles partem pra cima, tem que ter, tem que ter. Infelizmente tem que entrar pra contê-los e, às vezes, de maneira mais brusca com policial e tudo. Você vê também que os adolescentes, eles gostam de desafio, de testar e desafiar a gente, você vê que nos temos as normas disciplinares da casa e às vezes dentro da casa mesmo sem ter motim, mas eles sabem o pode fazer e o que não pode. Mas, às vezes, por serem adolescentes, eles querem o desafio (Entrevista concedida pelo vice-diretor em outubro de 2005).

A partir da idéia de *antidisciplina* de Certeau podemos afirmar que a produção, a criação ou recriação das táticas de convivência dentro da instituição é pensada por esses adolescentes de forma escondida, camuflada, por meio de dissimulações, códigos, gírias, muitas vezes indecifrável. As táticas disseminadas em regiões definidas e ocupadas pelos mesmos, *os dormitórios*, local de segredo, de silêncio, onde impera o poder do líder ou dos líderes, fica evidente na fala do diretor ao se referir ao expediente que eles utilizam para burlar as vistorias diárias e esconder as armas artesanais:

Eles escondem os “cossocos” nas brechas dos azulejos, onde tem a massa... eles tiram a massa e põe o ferro entre os dois azulejos, depois colocam a massa de volta e cobrem o local com revistas de mulher

pelada. Eles também amarram os “cossocos” num cordão e desce o ferro no esgoto, aí não dá pra gente ver não, aí o fio fica boiando e o “cossoco” debaixo da água, depois eles pegam de volta (Entrevista concedida pelo diretor em outubro de 2005).

A partir das observações do diretor e instrutores educacionais, fui percebendo a forma com os adolescentes se organizam taticamente nas práticas cotidianas. Fui discernindo os mínimos movimentos nas operacionalizações, apropriações do agir dos adolescentes, de maneira que consegui perceber, como diria Certeau, *micro-resistências*, as quais fundam por sua vez *micro-liberdades*, mobilizam recursos insuspeitos, e assim deslocam as fronteiras da dominação, do controle.

Mantive-me incrédulo em relação ao absolutismo da ordem estabelecida, e ao observar o cotidiano do *grupo de resistência*, pude atestar a possibilidade real de *antidisciplina*. Pude constatar que não há no campo de poder institucional somente controle; há também resistência.

Para Giard (2002), foi justamente a partir dessa não credulidade absoluta diante da ordem instituída que Certeau começou a perceber possibilidades, mesmo que de forma sutil, das práticas de resistência:

Sua não credulidade diante da ordem dogmática que as autoridades e instituições querem sempre organizar, sua atenção à liberdade interior dos não-conformistas, mesmo reduzidos ao silêncio, que modificam ou desviam a verdade imposta, seu respeito por toda resistência ainda que mínima e por toda forma de mobilidade aberta por essa resistência, tudo isso dá a Certeau a possibilidade de crer firmemente na *liberdade gazeteira das práticas*. Assim é que se percebe microdiferenças onde tantos outros só vêem obediência e uniformização (Giard, 2002, p.19).

Como já foi explicitado, Certeau utiliza os conceitos de estratégias e táticas para compreender as práticas culturais, as práticas da vida cotidiana. Nessa ordem, e

considerando as minhas observações em campo, posso afirmar que mesmo em uma instituição de privação de liberdade, o agir dos adolescentes está carregado de um estilo próprio de quem está em condição de sujeição, em condição de “dominado”. Para subverter a esse controle, os adolescentes fazem uso de uma arte que lhe é própria, um estilo de subverter a ordem imposta. Nesse sentido a concepção do agir é inseparável da referência àquelas duas noções acima referidas.

Segundo Certeau, o indivíduo dominado ao fazer uso de táticas, deve operar golpe por golpe, lance por lance. E importante ressaltar que os lances são proporcionais às situações. Então, o dominado deve aproveitar todas as ocasiões, pois depende dela: pois não tem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ele ganha não se conserva. Este “não-lugar” lhe permite sem, dúvida, mobilidade. Compreendemos, assim, que as reflexões de Certeau sobre a arte de fazer o cotidiano com táticas, astúcias, coadunam-se com a “fabricação” do cotidiano dos adolescentes no São Miguel.

De acordo com os instrutores educacionais, na geografia do São Miguel os espaços são milimetricamente observados, vigiados. Qualquer gesto, movimento, olhar, por menor que seja, pode ser um indício de que algo pode estar por acontecer, como por exemplo; um motim, uma rebelião. São eventos inesperados, sem hora e data para acontecer; e a imprevisibilidade destes acontecimentos faz com a atenção aos movimentos seja redobrada por parte da equipe de controle, sobretudo nas visitas aos adolescentes, ocasião em que a possibilidade de entrada de drogas, armas aumenta consideravelmente.

Segundo o diretor, houve uma ocasião em que chegou um adolescente, encaminhado por outra instituição, com a perna quebrada, com o andar estranho e bastante

preocupado com o gesso, olhando atentamente para a sua perna e em seguida para o diretor.

Vejamos sua narrativa:

A gente tem que ser mais esperto do que os meninos, senão eles enganam mesmo. Teve uma vez aqui que chegou um menino com a perna quebrada e a gente desconfiou né a preocupação dele com o gesso, ele olhava pra gente e olhava pro gesso, quando fomos ver tinha uma serra dentro do gesso (Entrevista concedida pelo diretor em outubro de 2005).

Por não ter um lugar próprio para planejar suas táticas e por ter um campo de visão limitado, o uso da perspicácia por parte dos adolescentes é fundamental ao procurar colocar as táticas em prática. Nos momentos de “ausência” de poder, eles atacam, vão ao enfrentamento. Assim, as táticas, como afirma Certeau, são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo: as circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável; rapidez de movimento que pode mudar a organização do espaço.

Neste sentido, um exemplo de astúcia criada pelos adolescentes na operacionalização de suas táticas pode ser demonstrado na forma de organização das rebeliões do São Miguel. Os adolescentes elaboram uma carta que passou de dormitório em dormitório. Nela, o líder informava, de forma imperativa que quem tivesse arma artesanal descesse para render as professoras como reféns.

Eles criaram uma carta, né, que ia passar em todos os dormitórios. Pra quê? Eles passam pro dormitório 8, o dormitório lê e passa pro 7, que lê e passa pro 6, e assim vai passando o bonde em todos os dormitórios para sair de cima. Aí já vem dizendo o esquema de como é pra fazer. O líder do esquema, ele não vai. O cabeça não vai entrar no enxame, não. Ele tem os soldados dele, então ele vai e determina. Fala, explica como é, qual é o jogo. Então é o seguinte: quando ele; faz o jogo, ele conta tudo para os seus teleguiados, os soldados dele. Aí lê, vai e fica de fora, fica esperando acontecer. E, na hora do acontecimento, ele vai para o enxame,

mas nunca vai na linha de frente (Entrevista concedida pelo vice-diretor em outubro de 2005).

Certeau, em suas análises sobre a “fabricação do cotidiano”, afirma que, sem cessar, o fraco deve tirar partido dos momentos oportunos para por em prática suas táticas. Neste sentido, qualquer descuido por parte do grupo de controle se torna em uma ocasião propícia para que os adolescentes possam por em prática suas táticas. É justamente nos momentos oportunos que os adolescentes procuram reagir ao controle instituído.

4.4 Tipos Sociais: o líder, o laranja, o testa de ferro e o sangue bom.

No São Miguel a *linguagem* impressa em forma de gíria adquire um significado especial para o grupo de adolescentes. *Gírias* são usadas como *táticas* para articular *práticas* de resistências. A gíria parece dar significado a atividades planejadas e aos grupos; designa o exercício de determinados papéis (líder, testa-de-ferro, laranja, delator etc.) Assim, eles manifestam e oficializam sua existência como grupo. Há entre eles um campo de possibilidades. Como afirma Foucault (1999), identificam-se, protegem-se, solidarizam-se e aspiram ao reconhecimento dentro do grupo, mas também lutam entre si, sobretudo quando há grupos de gangues rivais dentro da instituição; o que é bastante comum, embora apresente configurações distintas na operacionalização de suas práticas que vão variar de acordo com a conjuntura e com o posto assumido.

Neste sentido, as afirmações de Ferreira (2003, p. 238) corroboram o contexto encontrado no São Miguel: “pode-se inferir que, mesmo em espaços de participação limitada, as ‘táticas’ são realizadas em pequenos grupos e, individualmente, a partir de determinadas situações não reveladas”.

Segundo os instrutores educacionais, para que os adolescentes ocupem os postos de líder, testa de ferro, laranja, ou até mesmo delator, há uma série de requisitos, critérios que vão estabelecer, definir esses papéis. Nessa ordem é necessário compreender inicialmente como se estabelecem as lideranças na instituição, esses tipos sociais que atuam diretamente do campo institucional.

São critérios definidores além da força física, a coragem e o poder de articular táticas de fugas, motins e até mesmo rebeliões. Outro critério bastante forte para a escolha do líder é a gravidade do ato infracional. Se for “parada alta” (gíria referente a um crime realizado com requinte de crueldade e, principalmente, assassinar um policial), como eles costumam afirmar, o “cara” já entra “considerado”, isto é, respeitado, como é explicitado na fala do Sr. João, instrutor educacional:

Eu conheci um menino que veio pra cá por causa de um furto. E chegou, se juntou com os meninos e ele conversava e contava umas histórias e tal, e foi desligado com seis meses. Quando voltou, foi com latrocínio, chegou cheio de moral, querendo ser o tal. Tem que ver que a imprensa contribui muito pra essa situação de violência no sentido de divulgar demais o sucesso que eles obtiveram naquele assalto que fez isso aquilo outro e quando vai chegar no presídio o cara vai chegar com a fama de danadão (Entrevista concedida pelo instrutor em abril de 2006).

Um fato que me chamou bastante atenção, e que vai ao encontro da fala do instrutor acima, é a presença de várias gravuras rabiscadas nas paredes e muros da instituição. Tais gravuras contêm o nome do adolescente, bairro onde mora, gangue a que pertence e, de forma bem *acentuada*, o artigo do código penal referente ao ato infracional praticado. Demonstrar abertamente a gravidade do ato infracional cometido é uma tática dos

adolescentes para serem temidos não somente pelos outros adolescentes, mas também pelos instrutores.

Um outro exemplo de força da figura do líder é a expressão de seu poder na elaboração de um conjunto de normas próprias dos adolescentes, fabricadas e praticadas entre eles. Essas regras são postas em prática cotidianamente. Algumas são ritualizadas, por exemplo, quando chegam novos internos, para garantir adesão ao grupo, são submetidos ao ritual de batismo. Eles devem suportar a violência física, demonstrar coragem ao enfrentar os instrutores educacionais ou participar de atos como rebeliões, motim, fuga, tentativa de homicídio.

Para Rilda Freitas¹⁹ (2003, p. 98):

O porte físico nem sempre se constitui num pré-requisito para se alcançar o posto de líder; fato observado durante um torneio esportivo realizado no São Miguel. Um dos jovens falou o seguinte: escolhe aí qualquer um pra deitar nessa quadra quente de braços abertos. Eu perguntei: qualquer um? E ele: pode escolher qualquer um. Escolhi o maior dos adolescentes, bastante forte, com cara de coragem e destemido, pensava eu. No entanto, ao contrário do que esperava, o jovem pequeno e franzino, com o corpo coberto de tatuagens, apenas cochichou algo no ouvido do escolhido e, em pouco tempo, o mesmo deitou-se sem camisa na quadra quente, em pleno meio-dia com os braços abertos, agüentando o mormaço a queimar seu corpo até segunda ordem.

Segundo a direção da instituição, e de acordo com as observações de alguns instrutores, há dentro da instituição dois tipos de liderança: uma, a *intelectual*, espécie de articulador com poder de argumentar e negociar direitos junto à direção; e outra, constituída pela *força física*, pela figura do testa de ferro, aquele que coloca em prática planos traçados.

¹⁹ Rilda Bezerra Freitas foi assistente social do Centro Educacional São Miguel e desenvolveu em 2003 sua pesquisa de Dissertação de Mestrado na própria instituição: “Códigos de Honra – o cotidiano dos adolescentes internos no São Miguel”.

Esse tipo de liderança, segundo relataram, não entra em briga pra perder, é o vingador em potencial, “verdadeiros combatentes a serviço da guerra”, soldados criados para manter uma relação ambígua, ao mesmo tempo em que protegem, perseguem os adolescentes.

O líder *intelectual* traça os planos, mas nunca suja as mãos. Nunca é encaminhado à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), para abertura de Boletim de Ocorrência (BO). Na maioria das vezes articula e, quando percebe a situação fora de controle, une-se à direção da unidade para conter e ajudar. Por ser “considerado”, e em razão do respeito conquistado, ninguém questiona as atitudes de um líder intelectual. Essa assertiva pode ser confirmada pela fala do vice-diretor do São Miguel:

Nunca o cabeça vem na questão da negociação, ele fala de lá pra negociar. Você nunca negocia com o cabeça..., o cabeça, ele sai, não fica perto de jeito nenhum. Na hora que eles tã lá no comando e tiver alguém como refém, você não conversa com o cabeça de jeito nenhum, você conversa só com o laranja dele. Ele tá por fora, e a gente sabe quem é por que a gente chama: fulano vem cá. Não, eu tô fora desse jogo...Por quê? Porque ele é o líder, sabe de tudo, é ele que determina, ele diz: “vamos matar”. Por quê? Por ele tá por dentro de tudo, de como fazer a rebelião, quem pegar como refém (Entrevista concedida pelo vice-diretor em outubro de 2005).

Entretanto, enquanto o líder nega a sua participação no planejamento e organização das rebeliões, motins ou nas negociações no caso de estarem com algum refém, após chegarem a uma negociação e em seguida serem levados para “tranca” local de castigo disciplinar, a instituição previamente elabora táticas para chegar ao líder. “Sempre há um instrutor ouvindo o que os adolescentes conversam por traz da parede da ‘tranca’, afirma o vice-diretor”.

O líder, nesse momento, intima os ‘laranjas’ a assumirem a culpa, de modo que ele saia ileso de qualquer tipo de acusação. No entanto, sua identificação é feita de imediato; o instrutor espião ouve os comandos que o líder dá aos seus ‘soldados’, aos laranjas.

Freitas (2003), em sua pesquisa sobre a questão da honra e da vingança entre os internos, faz uma distinção entre a figura do “sangue-bom” e o “laranja” a partir das motivações que os levaram a se identificar com tais papéis. O “laranja” assume esse status em troca de vantagem, proteção ou garantias imediatas; *é um toma lá, dá cá*. O “sangue-bom” é da paz, ajuda o companheiro, às vezes, sem saber se um dia vai ser recompensado; merece respeito porque é solitário e altruísta; dispensa, assim, proteção, sendo geralmente aceito em todos os grupos.

Para Varella, autor de “Estação Carandiru”, nos presídios o “laranja” é o personagem patético que segura a bronca alheia, pois a lei dos presidiários diz que às vezes é melhor pagar por crime alheio do que delatar o companheiro. Ao acusado é permitido protestar inocência; dar o nome do responsável, jamais (Varella, 1999).

É o “laranja” que se apresenta como culpado quando o carcereiro encontra uma faca escondida, a serpentina para destilar pinga ou o corpo sem vida. Muitos são recrutados ao chegar nas celas de triagem. Para aqueles que a família traz mantimentos, não faltam amigos e um canto para morar; outros, por sorte, encontram parceiros da “rua” no pavilhão. Quantos aos desconhecidos e pobres; eis o que resta:

De dez xadrezes que eles pedem vaga, onze negam. Aí, para sair do engasgo da triagem, aquele humilde despojado de condição financeira avantajada, só tem um jeito: virar laranja, porque os caras exigem que ele segure todas as ocorrências no xadrez. Juiz não quer saber de laranjice, condena com caneta pesada e manda tirar de linha. Todo benefício que pede, ele nega por causa da grande lista de crimes. Se o laranja desce para a carceragem e assina uma dessas mortes, não têm como voltar atrás. Ao depor, no Fórum, se negar o que confessou antes, corre risco de

vida ao voltar à cadeia. Mesmo que seja transferido para outro presídio, é perigoso: pode morrer do mesmo jeito. No presídio sempre vai existir esse indivíduo que segura a morte de alguém e que um dia, devido o caminho que sinuoso do destino, ele próprio acabará no bico da faca de uma pessoa que, por sua própria vez, vai pôr um laranja para assumir a morte dele. E, assim, por meio da laranjice, vão-se os filhos queridos de muitas mães, deixando apenas lágrimas que rolam no rosto pelo sofrimento sentido (Varella, 1999, p.150).

Como percebemos, esses tipos sociais são personagens que fazem parte da engrenagem do poder. É importante observar que os códigos dos jovens em situação de delinqüência possuem cumplicidades com o código utilizado pelos instrutores educacionais. Entretanto, no jogo de poder, a lei do silêncio impera entre os adolescentes como uma tática vital de sobrevivência, de resistência. Existem segredos que às vezes espantam e às vezes surpreendem. Ambos utilizam “escutas”, considerados no São Miguel como o “olheiro”, aquele que dá o “toque”, sinaliza, bate na grade para avisar que alguém se aproxima.

Para entender as maneiras de fazer dos operadores, diz Certeau, é necessário compreender sua a lógica de ação, da ocasião, das circunstâncias. Para pensá-las, deve-se supor que a essas maneiras de fazer correspondem procedimentos em número finito, a invenção não é ilimitada. E, como as improvisações no piano ou na guitarra, supõe conhecimento e aplicação dos códigos e que implicam uma lógica dos jogos de ações relativos a tipos de circunstâncias.

4.5 Gírias, códigos secretos: a linguagem da resistência.

No São Miguel a construção das táticas de resistências ocorre fundamentalmente pela criação de códigos e de uma linguagem particular. Entre os jovens internos, a palavra assume a estrutura semântica de curtos enunciados, piscadelas, gestos e até um simples

curvar de ombros a substituí. A produção de gírias neste espaço, na maioria das vezes, está relacionada à necessidade de criação de códigos que parecem esconder a compreensão da linguagem ou, em outras palavras, parecem instituir um jogo comunicacional, entendido apenas entre os internos. Segundo Diógenes, essa produção tem uma

lógica capaz de ordenar um código compactado apenas entre os personagens da sociabilidade juvenil do internato. Uma forma também de dar à palavra ou de devolver à palavra a idéia de ação, de acontecimento, de narrativa, tendo em vista que a linguagem das gírias utilizadas no internato não são apenas um modo de criar uma fortaleza das palavras ou uma linguagem secreta que permita a compreensão apenas entre os enturmados. Significa, essencialmente, um campo propulsor das diferenças de classe, gênero, etnia etc. (1998, p. 216).

Trata-se de um imenso palco onde o espetáculo acontece nos corpos (através do desfile de membros tatuados) nos gestos (modo de andar, olhar etc.) e na linguagem (através da produção de gírias), afirma a autora. Inseridos numa cultura visual, erigida em torno imagem e aparência, os corpos dos jovens internos no São Miguel parecem traduzir a diferenciação e o estigma social, cuja diversidade e pluralidade das marcas, mesmo que estejam em silêncio ou não visíveis nos corpos, indicam traços de enfrentamento, resistência e coragem de se inserir na engrenagem da produção da violência institucional.

Esses códigos são construídos por gestos, segredos, conhecidos somente entre os jovens internados. Alguns códigos foram passíveis de serem mapeados através das minhas observações em conversas com eles, mas, sobretudo, através da experiência do diretor. Entre esses destacam-se: passar as pontas dos dedos da mão no peito é sinal de “sujeira”, quando alguém é sujeira significa que possui “furo” (traição), é delator, dedo-duro. Passar a mão na testa significa “limpeza”. A expressão na “maior limpeza” indica que tudo

transcorre na tranquilidade, na paz, e quando alguém é “limpeza” quer dizer que é um aliado, um “sangue-bom”, é confiável. Dois dedos em forma de gancho sugerem que vai roubar algo do bolso, é o descuido. Dois dedos no ombro é sinal de “cabuetagem”, refere-se às duas fitas da patente de cabo na carreira militar. “Treta” significa rebelião, motim. “Escalar o Dr. Murilo” é tentar escalar o muro numa tentativa de fugas. “Cana” é a gíria usada para definir os policiais. Esses são saberes operatórios, uma forma de conhecimento e domínio operacional dos códigos de conduta, linguagem construída no internato, um tipo de poder que não deve ser entendido apenas como resultante da privação de liberdade, mas, sobretudo, como um mecanismo ou dispositivo de natureza essencialmente tática e necessária à sobrevivência naquele espaço. É a linguagem da resistência.

Desse modo, as práticas cotidianas “fabricadas” pelos adolescentes a partir de uma linguagem singular, conforme Certeau, podem ser entendidas como astúcias, gestos hábeis do “fraco” na ordem estabelecida pelo “forte”, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidades nas manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos (2002, p. 104).

Além dos códigos, gírias, ou seja, além da linguagem simbólica dos corpos muitas vezes ritmada, ritualizada em forma de gestos, piscadelas, uma outra tática bastante utilizada pelos adolescentes e que pode ser entendida como uma forma mais clara de *resistência* é o confronto direto com o *grupo de controle*. Isso ocorre com bastante frequência quando chega algum instrutor recém contratado.

Segundo os instrutores educacionais, essa é uma tática que eles utilizam para averiguar, “testar”, enfim, pôr à prova a coragem, a valentia dos mesmos. Neste sentido, disseminar a discórdia, a suspeita, engendrando medo entre os instrutores e produzindo

desordem é uma prática bastante comum por parte dos adolescentes, uma arte de semear a discórdia pelo enfrentamento direto.

Um fato bastante curioso, e que coaduna com a fala dos instrutores, é que, nas primeiras conversas que tive com boa parte dos internos, os mesmos eram taxativos em afirmar com muita firmeza, contabilizando, os atos criminosos que já haviam praticado (homicídios e latrocínios): “Hei, eu já matei quatro, matei e esquartejei”; “eu também já matei”. Pude perceber claramente que o objetivo de tal afirmação era justamente causar impacto. Demonstrar medo, pânico é uma sinalização de que a tática está funcionando, ou seja, o *grupo de resistência* avança na luta pelo domínio de seu espaço.

É por isso que para alguns os instrutores educacionais esse momento de confronto deve ser enfrentado com muito rigor, força e coragem. Muitas vezes os mesmos fazem uso da força, os contém de forma implacável. Se não os dominarem, eles se mostrarão insubordinados e reticentes em acatarem as ordens estabelecidas pela instituição. Como diria Certeau, aí é só ir à caça, criando surpresas, eventos inesperados. Em suma, a tática é a arte do fraco. A tática se introduz de *surpresa* numa ordem. A arte de “dar um golpe” é o senso da ocasião:

Embora sejam relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias, essas táticas desviacionistas não obedecem à lei do lugar. Não se definem por este. Sob esse ponto de vista, são tão localizáveis como as estratégias tecnocráticas (e escriturísticas) que visam criar lugares segundo modelos abstratos. O que distingue estas daquelas são os tipos de operações nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar (Certeau, 2002, p. 92).

4.6 - Espaços e comportamentos: a arte da “dissimulação” como tática

Como afirma Certeau, as circunstâncias devem ditar a conduta. Em cada dia, cada ocasião, cada circunstância requer uma aplicação particular de tática, de ação do grupo de resistência. São eventos inesperados, como afirmam os próprios instrutores educacionais; não tem hora nem local estabelecido. Qualquer deslize se faz um momento oportuno, pois jogam com os azares do grupo de controle; são astúcias postas em práticas com arte, com estilo.

Nesta ordem, os instrutores educacionais relatam as táticas que os adolescentes utilizam ao se comportar na instituição de acordo com o espaço, com as circunstâncias onde estão inseridos. Seguindo as observações dos instrutores, elencamos três exemplos ilustrativos sobre a variação de comportamento dos adolescentes:

1. Nas celas (dormitórios): são mais ordeiros, mais dóceis, comportando-se mais de acordo com as normas da instituição, geralmente chamam os instrutores pelo nome.

2. No pátio: por não estarem trancados, a ousadia, a demonstração de coragem é maior; nesse espaço os adolescentes são mais intrépidos, muitas vezes procuram afrontar os instrutores educacionais, pode ser compreendido como um espaço onde os adolescentes põem em prática suas táticas de resistência, local onde pode ocorrer um confronto direto.

3. No atendimento com a equipe técnica (psicóloga e assistente social), segundo os instrutores, a linguagem e a postura dos adolescentes se distancia claramente das anteriores. A sagacidade, a perspicácia dos mesmos é ainda maior, pois eles imprimem neste espaço a figura, o papel de vítimas, de “coitadinho”. Para os instrutores educacionais é o espaço onde os internos põem em prática as artes da dissimulação.

Por outro lado, verificamos que é exatamente quando os adolescentes estão trancafiados nos dormitórios que se percebe mais claramente a expressão absoluta do poder, do controle dos instrutores educacionais sobre os internos.

Nesta ordem, podemos entender numa perspectiva foucaultiana o poder na sua expressão mais absoluta, no qual as mais variadas formas de sujeição se evidenciam desumanamente. Como exemplo disso, constatamos que nos momentos em que os adolescentes estão nos dormitórios começam a cantarolar docilmente, pedindo atenção impiedosa dos instrutores: “*Dá descarga aqui!*”; “*Ascende o meu cigarro!*”, “*Ei, instrutor, traz papel, que acabou!*”.

Analisando a fala dos adolescentes, percebo claramente a expressão absoluta do poder neste espaço social, seu caráter de coerção e punição, onde a sujeição é também absoluta, já que até para dar descarga no vaso sanitário é preciso depender da ação dos instrutores, bem com para acender o cigarro e pegar papel higiênico. Assim compreendido, podemos colocar esse momento de fato como a expressão maior de controle, de sujeição, momento oportuno para os instrutores imprimirem com rigor sua posição dentro da instituição, delimitarem seu espaço próprio, seu lugar, seu poder.

Segundo o diretor da instituição, outro exemplo em que os adolescentes procuram por em práticas suas táticas para resistir ao controle, para burlar o poder de controle da instituição, e por isso pode ser também considerado como uma forma de resistência são as tentativas de entrar na instituição com drogas colocadas em biscoitos recheados, sandálias e até desodorante objetos trazidos geralmente pela família ou namoradas dos mesmos. Isso fica claro na fala do diretor:

Tem determinado tipo de biscoito que não pode entrar, a gente tem que tirar e colocar em outro saco. O chinelo, pra não entrar com serra, então tem que ter esse cuidado. O desodorante rolex, ele tira aquela bola e coloca a droga, depois tira aquela bola de novo pra poder tirar a droga. Então aquilo ali nós não aceitamos mais, já sabemos o bizu, e eles vem contar pra gente. Às vezes, as famílias vem com a chinela com serra e na hora da visita o menino troca a chinela dele pela chinela da mãe. Passa comprimido pelo beijo também e outra forma de entrar droga. Na carteira de cigarros também pode entrar droga, a gente tem que tirar o selo, o comprimido pode estar dentro (Entrevista concedida pelo diretor em outubro de 2005).

Por fim, apoiado nas reflexões de Certeau sobre a “fabricação” do cotidiano, podemos reiterar que as práticas cotidianas dos adolescentes no São Miguel são do tipo *táticas*. São maneiras de fazer; vitórias do fraco sobre o mais forte; pequenos sucessos; artes de dar golpes; astúcias de caçadores; mobilidades, simulações. O aparente e o secreto: eis a arte de fazer, de inventar o cotidiano institucional. O confronto direto e indireto, uma verdadeira arte das relações sociais encontradas no Centro Educacional São Miguel, revela maneiras de fazer por meio de uma aplicação particular de estratégias e fundamentalmente de táticas. Tais táticas funcionam como um sinal, um modo de impressionar. Sem elas os problemas passariam despercebidos, pois se a atividade do indivíduo tem de se tornar significativa para os outros, ele precisa mobilizá-la de modo tal que expresse, durante a interação, o que precisa transmitir; enfim, o que precisa resistir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta dissertação, como já foi dito anteriormente, foi de interpretar o cotidiano de uma instituição social que se propõe ressocializar adolescentes infratores a partir da relação entre as estratégias e táticas de controle institucional e as táticas de resistência dos adolescentes. Para que esse intento pudesse se realizar, nos apoiamos na teoria sobre o cotidiano desenvolvida por Certeau (2002), segundo a qual as relações sociais são formadas por práticas cotidianas que se revestem em diversas maneiras de fazer por meio da operacionalização de táticas e estratégias.

Nesse sentido, salientamos de início, não concordar com certa tendência que vê os aparelhos do Estado como meras instituições de reprodução das relações de dominação. Comungo com Michel de Certeau da idéia de que as práticas cotidianas são reinventadas a cada instante por modos diferentes e peculiares a cada sujeito.

Apoiado na teoria do cotidiano de Certeau, pude constatar que as relações de poder no cotidiano da instituição analisada são “fabricadas” a partir do uso de estratégias e táticas dos sujeitos pesquisados. Nessa ordem, e considerando as minhas observações em campo, posso afirmar que mesmo em uma instituição de privação de liberdade, o agir dos adolescentes está carregado de um estilo próprio de quem está em condição de sujeição, em condição de “dominado”. Para subverter a esse controle os adolescentes usam, de fato, uma arte própria, um estilo para subverter a ordem imposta.

No contexto do Centro Educacional São Miguel, verifiquei que as normas e os programas estrategicamente elaborados não são reproduzidos no cotidiano e sim taticamente “fabricados”. O que existe na prática são readaptações. Trabalhando alguns

elementos, como simulação de loucura; ataque de epilepsia; gírias; coragem e valentia no enfrentamento dos instrutores educacionais; fabricação de armas artesanais e o modo como eles a escondem entre os azulejos dos dormitórios ou no próprio esgoto amarradas a um fio e, sobretudo, a existência de liderança entre os adolescentes e, recorrendo a dados provenientes das anotações do diário de campo e impressões pessoais, constatei que os adolescentes, antes de serem “dóceis” e “submissos”, são resistentes. Para isso, são inventivos, astutos. Assim, no cotidiano, a resistência faz parte de um processo que se constitui na operacionalização de ações táticas, abrindo espaço para a reinvenção de novas maneiras de agir que se distanciam da noção de “submissão” e “docilidade”. Fato que aponta para a recorrência de incidentes de resistência, como tentativas de rebeliões, motins, fugas, e inclusive tentativas de homicídios entre os próprios adolescentes.

Constatei a partir da minha experiência em campo que essa resistência ocorre com frequência mediada pelo uso de gírias, códigos, uma linguagem própria, que denominei de “linguagem da resistência”. Além de simulações dos adolescentes, citada acima, essa “fabricação” é operacionalizada, principalmente, pela articulação do líder. Esse personagem tem destaque especial na operacionalização das táticas por sua capacidade de pensá-las. Desse modo, as orientações elaboradas estrategicamente pela Secretaria de Assistência Social (SAS), para a instituição, são modificadas nas práticas cotidianas, sobretudo na utilização das táticas de materialização das normas, seja pelos adolescentes ou instrutores educacionais e até mesmo pela direção. Essas práticas confirmam a teoria de Certeau de que essas pessoas jogam sempre no terreno do outro e por isso utilizam táticas de acordo com o contexto, como sua posição no espaço, no lugar.

Além da linguagem simbólica dos corpos muitas vezes ritmada, ritualizada em forma de gestos, piscadelas, usada pelos adolescentes, uma outra tática bastante comum e

que pode ser entendida como uma forma mais clara de *resistência* é o confronto direto com o *grupo de controle*. Esse enfrentamento ocorre, sobretudo, com os instrutores educacionais.

Segundo os instrutores educacionais, essa é uma tática que os adolescentes utilizam para averiguar, “testar”, enfim, pôr à prova a coragem, a valentia dos mesmos. Nesse sentido, disseminar a discórdia é também tático. Engendrar medo entre os instrutores e produzir desordem é uma prática bastante comum por parte dos adolescentes.

Por outro lado, verificamos que a direção, embora jogue em terreno dito como próprio, também elabora suas próprias táticas. A principal delas ocorre a partir do vínculo que procura estabelecer com determinados adolescentes, conhecidos pelo grupo como “cabueta”. É justamente esse personagem (o delator) que informa a direção dos movimentos táticos do *grupo de resistência*, levando a direção a desarticular os articuladores. Além disso, mantêm, também, espiões em todo espaço da instituição. E, em última instância, perdendo o controle, aciona a polícia militar, ocasião de recrudescimento do controle.

Constatei ainda que a utilização das táticas diferencia-se de acordo com o contexto. Diferenciam-se dentro do próprio espaço. Os instrutores educacionais, por exemplo, tem formas diferenciadas de conduzir os adolescentes. Constatei que um grupo faz uso da força e da violência no trato com os adolescentes e os percebem como “marginais”, “bandidos” etc. O outro grupo faz uso de outro tipo de expediente, apropriara-se de táticas diferentes no trato com os adolescentes, geralmente os chama pelo nome e lhes dispensa um tratamento mais “justo”. Todavia, vale lembrar que todos eles, ao serem desafiados, confrontados e desrespeitados pelos adolescentes, fazem uso da “tranca”, (local onde os adolescentes são confinados, apenados). Nesse caso, o uso da “tranca” como tática entra em cena de imediato, como tática principal para manter a ordem.

Desta análise resta-nos, ainda, uma questão bastante incisiva: como utilizar essas apropriações táticas que são “fabricadas” no cotidiano, seja pelo grupo de controle ou de resistência, em maneiras de fazer, em táticas que os levasse a repensar suas ações cotidianas tendo como alvo a um processo de “ressocialização” mais justo?

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, M. C. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.18, n. 1, jan./mar. 2004.

ALVIN, R. & Paim, E.. A criança e o adolescente do banco dos réus. In: ALVIN et alli. *(Re) construções da juventude: cultura e representações contemporâneas*. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2004. p. 20-30.

ARPINI, D. M.. *Violência e Exclusão: adolescentes em grupos populares*. São Paulo: EDUSP, 2003.

AZEVEDO, R. G. Tendências do controle penal na época contemporânea: reformas penais no Brasil e na Argentina. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo v.18, n. 1, jan./mar. 2004.

BAUMAN, Z. *Globalização as Conseqüências Humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECKER, Howard. *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press, 1963.

BENGOCHEA, J. L. P. et alli. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã”. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.18, n 1, jan./mar. 2004.

BERGER, Peter L. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1990.

BOTTOMORE, T. ; OUTHWWAITE, W. (Orgs.) *Dicionário do pensamento social do século XX*. São Paulo: Jorge Zahar, 1996.

BOUDON, R. & BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 2003.

CALDEIRA, C. A política do cárcere duro: Bangu 1. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.18, n 1, jan./mar. 2004.

CAMPOS, A. *O menor institucionalizado: um desafio para a sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARVALHO, O. *Ong's e a Prática Social com Adolescentes*. São Paulo: Unijui, 1998.

CAVALCANTE, V.T. *A institucionalização de adolescentes infratores: reinserção social ou vidas perdidas?* Fortaleza: UFC. (Monografia de conclusão de curso - bacharelado em Ciências Sociais). 2003.

- CERTEAU, M. *A invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- COELHO, E C. *A oficina do diabo. Crise e conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo; IUPERJ, 1987.
- COSTA, A. C. G. *Infância, juventude e política social no Brasil*. São Paulo: Mimeo, 1989.
- COSTA, R. Sociedade de controle”. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo v.18, n1, jan./mar. 2004.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. Controle e Devir. In: DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34. p. 85-100. 1999.
- DIOGENES, G. *Cartografias da cultura e da violência: gangues e galeras e o movimento hip hop*. São Paulo: Anna Blume; Fortaleza: Secretaria de Cultura, 1998.
- DOSTOIEVSKI, F. *Crime e Castigo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.
- DURKHEIM, E. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1995
- _____. *O Suicídio: Estudo de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes; Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990*. Imprensa Oficial.
- EVANGELISTA, M. D.R. *Prisão aberta: à volta a sociedade*. São Paulo: Cortez, 1983.
- FERREIRA, A. T. B. *A “fabricação” do cotidiano escolar: as práticas coletivas dos adultos fora da sala de aula*. Recife: UFPE. (Tese de Doutorado), 2003.
- FONSECA, M. A. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 1989.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault – uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 55-80.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- _____. *História da Sexualidade: à vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.v. 1, 1988
- _____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *Ditos e Escritos – Vol. IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1961.

_____. *O nascimento da Clínica*. São Paulo: Forense, 1963.

_____. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

FREITAS, M. C. de (Org). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003

FREITAS, R. B. Códigos de Honra – o cotidiano dos jovens internos no São Miguel. Fortaleza: UFC. (Dissertação de Mestrado), 2003.

GADELHA, S. *Subjetividade e menor-idade – o acompanhamento do devir dos profissionais do social*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto; São Paulo: Annablume, 1998.

GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002 p. 64-89.

GASTALDO, E. *Ervin Goffman: o desbravador do cotidiano*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GIARD, L. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, M. *A invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2002 p. 9-32.

GIL, A. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Edunesp, 1991.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1988.

_____. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. *A Representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOMDIM, L. *Pesquisa em Ciências Sociais. O projeto da dissertação do mestrado*. Fortaleza: Edições UFC, 1999.

GUIRADO, M. *A criança e a FEBEM*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

_____. *Instituição e Relações Afetivas: o vínculo com o abandono*. São Paulo: Summus, 1986.

_____. In: CURY, M. *O Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: comentários jurídicos e sociais*. São Paulo: Summus, 1992.

HAGUETTE, T. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2001.

INÊS, M. (Org.). *Fogo no Pavilhão: uma proposta de liberdade para o menor*. São Paulo: Cortez, 1984.

JOÃO, D. *O que é realidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- LOURAU, R. *Análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LUPPI, C. A. *Agora e na Hora de Nossa Morte: O massacre do menor no Brasil*. São Paulo: Brasil Debates.
- MARIN, I. K. *FEBEM, família e identidade: o lugar do outro*. São Paulo: Babel, 1988.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec ; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.
- NETO, W. N.; CARMO, L. P. *Proposta de atendimento ao adolescente em conflito com a lei no Ceará*. Secretaria da Ação Social do Estado do Ceará, 2002.
- NUNES, B.; WELLER, W.A. juventude no contexto social contemporâneo. *Estudo de Sociologia*. Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE. Recife v. 9, n. 2, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003. p. 43-57.
- PASSETTI, E. Segurança, confiança e tolerância: comandos na sociedade de controle”. *São Paulo Perspectiva*, v. 18, n. 1, São Paulo, jan./mar. 2004.
- PINHEIRO, Â. A. A. *Criança e Adolescente no Brasil: Porque o Abismo entre a Lei e a Realidade*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.
- PRIORE, M. L. Del (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- QUEIROZ, J. (1987). *O mundo do menor infrator*. São Paulo: Cortez, 2000.
- RAMALHO José Ricardo. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- RAMPAZZO, L. *Metodologia Científica – para Alunos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação*. São Paulo: Loyola, 2002.
- RICHARDSON, R. J. et al . *Pesquisa Social – Métodos e Técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROSANVALLON, P. *A crise do Estado-Providência*. Goiânia: UNB/ UFG, 1997.
- SANTOS, J. V. T. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da ‘modernidade tardia’. *São Paulo Perspectiva*, v.18, n. 1, São Paulo, jan./mar. 2004.
- SOUZA, L. A. F. Obsessão securitária e a cultura do controle. *Rev. Sociologia Política*, nº. 20, Curitiba, Jun. 2003
- SUDBRACK, U. G. O. O extermínio de meninos de Rua no Brasil. *São Paulo Perspectiva*, São Paulo v.18, n 1, jan./mar 2004.

SPOSATO, K. B. A Criminalização das drogas e a delinquência juvenil” Seminário: Drogas – Aspectos penais e criminológicos realizado na Faculdade de Direito da USP em maio de 2004 Acessado em 22/03/05, disponível em <http://www.risolidaria.org.br>.

TAKEUTI, N. M. *No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação – Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1987.

_____. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 1999.

TZU, S. *A arte da guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

VARELLA, D. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VASCONCELOS, R. B. *O Estatuto da Criança e do Adolescente: Culpado ou Inocente? Uma análise do processo de desmonte da Lei 8.069 / 90 - ECA* Fortaleza: UECE, 1996.

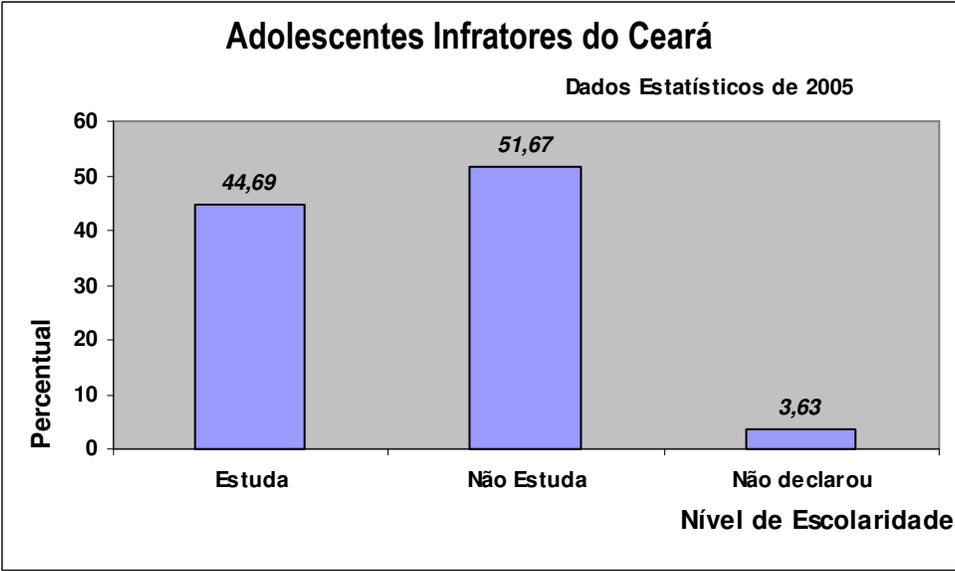
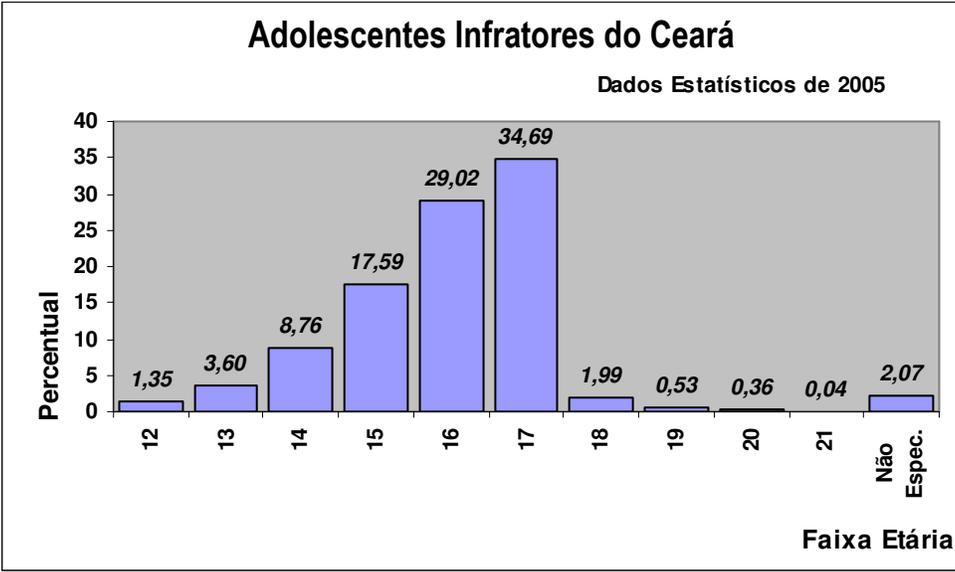
VELHO, O.G. Controle social. In: *Dicionário de Ciências Sociais. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de documentação*. Rio de Janeiro: FG V, 1986. p. 265-266.

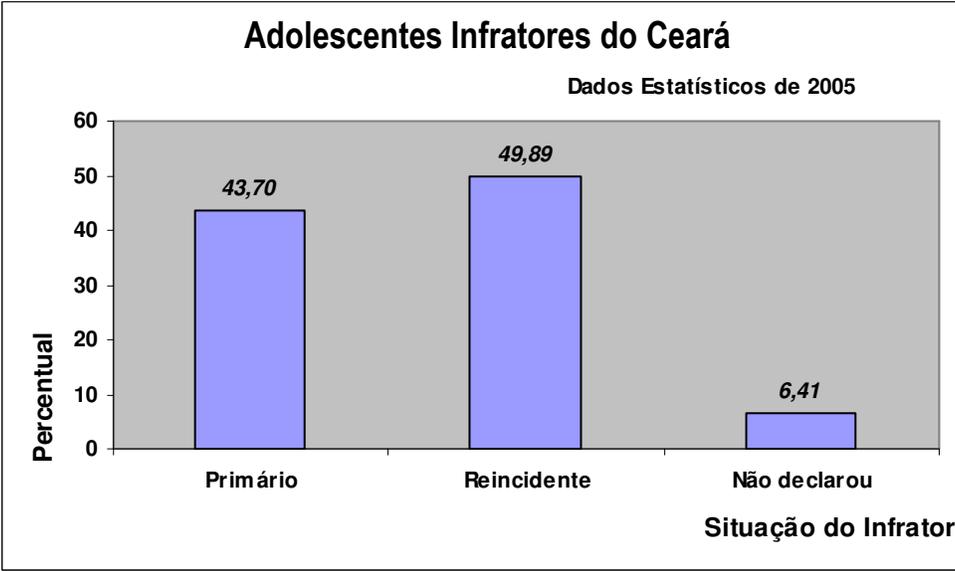
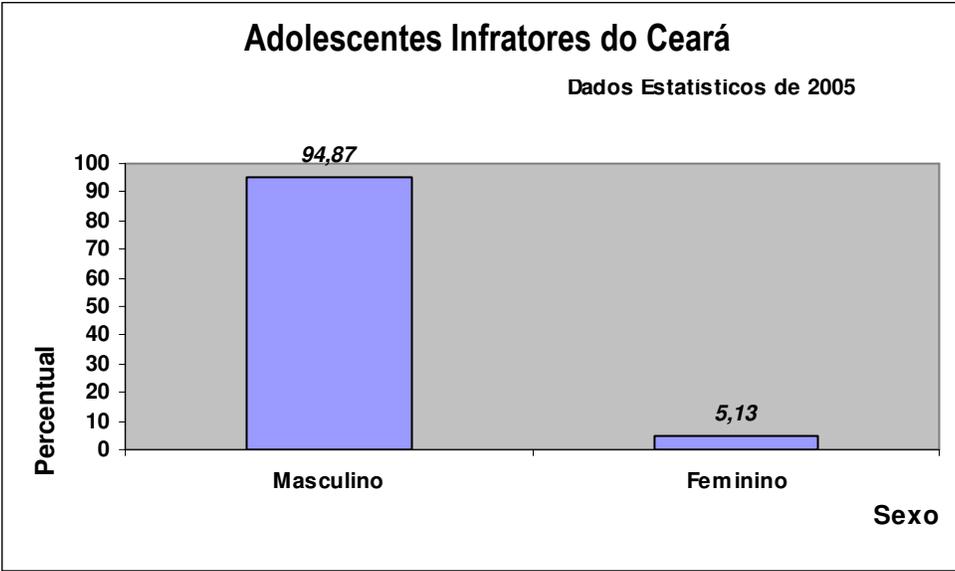
VIOLANTE, M. L. V. *O dilema do decente malandro*. São Paulo: Cortez, 1989.

VOLPI, M. *Sem liberdade e sem direitos: a privação de liberdade na percepção do adolescente*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

ZEDNER, L. Controle social In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Orgs.) *Dicionário do Pensamento Social no Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.138-139.

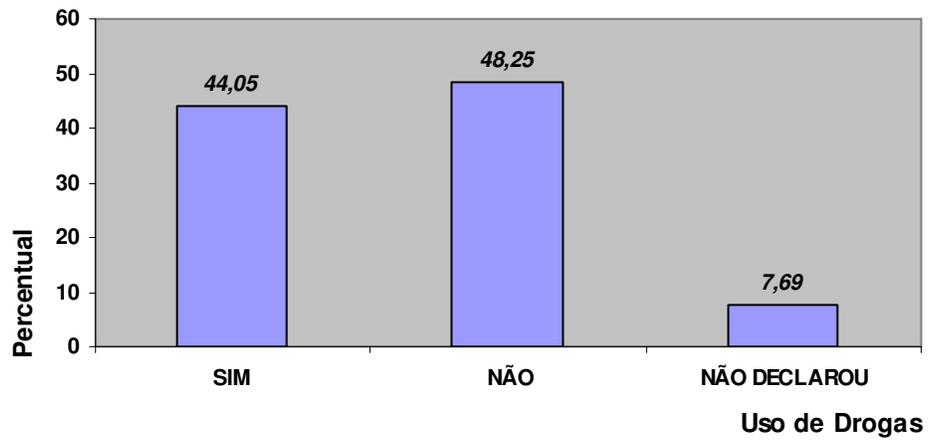
APÊNDICE





Adolescentes Infratores do Ceará

Dados Estatísticos de 2005



Adolescentes Infratores do Ceará

Dados Estatísticos de 2005

